

A Distinção

crítica social do julgamento

Pierre Bourdieu



Pierre Bourdieu

A Distinção

crítica social do julgamento

ZOUK

ed^{usp}

Copyright © 2006 Editora Zouk (edição brasileira)
Copyright © 1979/1982 by Les Editions de Minuit

Título original: La Distinction: critique sociale du jugement
Paris, Col. "Le Sens Commun"
ISBN do original francês: 2-7073-0275-9

Projeto gráfico: Alexandre Dias Ramos
Tradução: Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira
Revisão técnica: Alexandre Dias Ramos & Daniela Kern & Odaci Luiz Coradini
Editoração: William C. Amaral
Tabelas e gráficos: Mayana Martins Redin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Brasil)

B778d

Bourdieu, Pierre. 1930-2002
A Distinção: crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu;
tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. --
São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
560p.
Tradução de: La distinction: critique sociale du jugement
Anexos
ISBN 978-85-88840-68-3
ISBN 978-85-314-1030-7

1. Classes sociais - França. 2. Estética francesa. 3. Arte - Aspectos sociais. 4. Crítica. I. Título.

07-2879.

CDD - 306.0944
CDU - 316.722(44)

1ª edição

direitos reservados à

EDITORA ZOUK
r. garibaldi, 1329
90035-052 - bom fim - porto alegre - rs - brasil
f. 51 3024-7554 e 3012-0057
zouk@editorazouk.com.br - www.editorazouk.com.br

EDUSP
av. prof. luciano gualberto, travessa j, 374, 6º andar
ed. da antiga reitoria - cidade universitária
05508-900 - são paulo - sp - brasil
f. 11 3091-4150 / 4008. sac. 11 3091-2911. fax. 11 3091-4151
edusp@usp.br - www.edusp.com.br

Printed in Brazil 2007

Foi feito o depósito legal

Cultura e política

Sem dúvida, a maneira mais radical de apresentar o problema da política consiste em formular, neste terreno, a questão enunciada por Marx e Engels quando, a partir de uma análise da concentração da capacidade de produção artística entre as mãos de alguns indivíduos e do desapossamento correlato – ou, até mesmo, consecutivo – das massas, eles imaginam uma sociedade (comunista) em que “não há pintores, mas, no máximo, homens que, entre outras atividades, se dedicam também à pintura”¹ e em que, graças ao desenvolvimento das forças produtivas, a redução geral do tempo de trabalho – correlata de uma diminuição global e de uma distribuição igual – permite deixar “suficiente tempo livre a todos para participarem nas questões gerais da sociedade, *tanto teóricas quanto práticas*”.² “Não há políticos, mas, no máximo, homens que, entre outras atividades, se dedicam à política”: neste domínio como alhures, a utopia encontra sua justificativa científica – e, sem dúvida, política – na demolição das evidências operadas por ela e que obriga a revelar os pressupostos da ordem corrente. De fato, embora sua aparente generosidade a oponha diametralmente às denúncias elitistas do sufrágio universal às quais haviam se submetido, de bom grado, os intelectuais e os artistas de uma outra época, a complacência populista que atribui ao povo o conhecimento infuso da política não contribui menos para *consagrar*, dissimulando-a em vez de denunciá-la – ou denunciá-la – a “concentração em alguns indivíduos” da capacidade de produção do discurso sobre o mundo social e, por conseguinte, da capacidade de ação *consciente* sobre esse mundo. O paradoxo utópico quebra a doxa: ao imaginar um mundo social em que fosse possível a plena realização de “todo o homem no qual dormita um Rafael” da pintura ou da política, ele obriga a perceber que a concentração dos instrumentos – incorporados ou objetivados – de produção em matéria de política é apenas menor que em matéria de arte e impede de esquecer todos os Rafaéis que os mecanismos responsáveis por esse monopólio mantêm adormecidos, aliás, em melhores condições que todos os “aparelhos ideológicos do Estado”.

Se nos limitássemos a emprestar ao povo idealizado um conhecimento totalmente *prático*, não propriamente do mundo social enquanto tal, mas, pelo menos, de sua posição e de seus interesses nesse mundo, ainda ficaria por examinar se e como esse *senso político* pode exprimir-se em um discurso conforme à verdade que ele contém no estado prático e, assim, tornar-se o princípio de uma ação *consciente*³ e, pelo poder de mobilização contido na explicitação, realmente *coletiva*; ou, para permanecermos mais perto da realidade, se ele é verdadeiramente a espécie de faro infalível em que, às vezes, o transformamos e que, no mínimo, permitiria identificar os produtos mais apropriados no *mercado* dos discursos produzidos e oferecidos pelos detentores dos instrumentos de produção de problemas e de opiniões legítimas.⁴

A ciência política registrou, há muito tempo, o fato de que uma parcela importante das pessoas entrevistadas “se abstinham” de responder às questões sobre a política e que essas “não-respostas” variavam de maneira significativa em função do sexo, idade, nível de instrução, profissão, lugar de residência e tendência política, mas sem tirar qualquer consequência disso e contentando-se em deplorar tal “abstenção” culpada. Bastaria observar que esse “público amorfo” vem, em grande parte, do que os outros designam por “povo” ou “massas” para suspeitar da função que ele desempenha no funcionamento da “democracia liberal” e de sua contribuição para a manutenção da ordem estabelecida. O abstencionismo é, talvez, menos uma falha do sistema que uma das condições de seu funcionamento como *sistema censitário irreconhecido*, portanto, reconhecido.

É a própria noção de “opinião pessoal” que deve ser questionada: ao intimar todas as pessoas entrevistadas, sem distinção, a produzir uma “opinião pessoal” – intenção evocada pelas fórmulas utilizadas pelos questionários: “segundo você”, “em sua opinião”, “e você, o que pensa a esse respeito?” – ou escolher por seus próprios meios, sem qualquer assistência, entre várias opiniões preparadas antecipadamente, a sondagem de opinião aceita implicitamente uma filosofia política que, além de transformar a escolha política em um *juízo* propriamente político, implementando princípios políticos para responder a um problema apreendido como político, reconhece a todos não só o direito, mas o poder de produzir tal juízo. Uma história social da noção de “opinião pessoal” mostraria, sem dúvida, que essa invenção do século XVIII enraíza-se na fé racionalista segundo a qual a faculdade de “julgar corretamente”, como dizia Descartes, ou seja, discernir o bem do mal, o verdadeiro do falso por um sentimento interno, espontâneo e imediato, é uma aptidão universal de aplicação universal (como a faculdade de julgar esteticamente, segundo Kant) – mesmo que sejamos levados a aceitar, sobretudo, a partir do século XIX, que a instrução universal é indispensável para fornecer a essa aptidão seu pleno desenvolvimento e fundar realmente o juízo universal, o sufrágio universal. A idéia de “opinião pessoal” deve, talvez, em parte, sua evidência ao fato de que, construída contra a pretensão da Igreja ao *monopólio* da produção legítima dos julgamentos, dos instrumentos de produção dos julgamentos e dos produtores de julgamentos, e inseparável da idéia de *tolerância* – ou seja, da contestação de toda *autoridade* em nome da convicção de que, nessas matérias, todas as opiniões, seja qual for seu produtor, são equivalentes – ela exprime, desde a origem, os interesses dos intelectuais, pequenos produtores independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas).

O fato de produzir uma resposta a um questionário sobre a política, como o fato de votar ou, em outro nível de participação, de ler um jornal de opinião ou aderir a um partido, é um caso particular de encontro entre uma oferta e uma demanda: por um lado, o *campo de produção ideológica*, universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o *campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, a *problemática legítima*²; por outro, agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classes e definidos por uma *competência política específica* em maior ou menor grau, ou seja, por uma

capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político, ou seja, a partir de princípios propriamente políticos – e não éticos, por exemplo –, capacidade que é inseparável de um sentimento mais ou menos vivo de ser *competente* no sentido pleno da palavra, ou seja, socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se das questões políticas, dar uma opinião a propósito dessas questões ou, até mesmo, modificar seu curso. De fato, pode-se supor que a competência no sentido de capacidade técnica – cultura política – varia como a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutários, cujo avesso é, ao mesmo tempo, incapacidade e exclusão objetiva (“isso não é comigo”) e subjetiva (“isso não me interessa”).⁶

Censo e censura

Levar a sério as não-respostas e suas variações, aliás, a informação mais importante fornecida pelas pesquisas de opinião, é perceber que a probabilidade vinculada a determinada categoria para manifestar esta ou aquela opinião – e que se revela através da *freqüência* com a qual os membros dessa categoria escolhem esta ou aquela das opções propostas – não passa de uma *probabilidade condicional*, probabilidade para que uma eventualidade se produza com a condição de que seja realizada outra eventualidade, no caso particular, a produção de uma opinião, em vez da ausência pura e simples de resposta. É impossível interpretar adequadamente as opiniões registradas, ou seja, tornadas explícitas, a não ser com a condição de ter em mente que, em sua existência e significação, elas dependem da probabilidade (*absoluta*) de produzir uma opinião que varia – de maneira, pelo menos, tão significativa quanto a probabilidade condicional de produzir esta ou aquela opinião particular – segundo as propriedades dos respondentes e, também, segundo as propriedades da questão ou, mais exatamente, segundo a relação entre as propriedades da questão e as propriedades dos respondentes: maior para um homem que para uma mulher, ela será tanto mais forte quanto mais jovem for o respondente, quanto mais populosa for sua cidade de residência (e, sobretudo, Paris) e quanto mais importante for seu capital escolar (avaliado pelo diploma) e seu capital econômico (avaliado pela renda), e quanto mais elevada for sua posição social; as variações associadas a tais variáveis serão tanto mais marcantes, quanto maior for a distância dos problemas em relação à experiência, quanto mais abstratos e cortados forem das realidades comuns, no conteúdo e na expressão – e, também, mas em segundo plano, quanto mais recente tiver ocorrido sua aparição no campo da produção ideológica – e quanto maior for a insistência com que invocarem uma resposta engendrada a partir de princípios propriamente políticos (o que se assinala através da sintaxe e do próprio léxico da questão).

Tudo se passa como se os agentes mais “legítimos”, ou seja, os mais competentes no duplo sentido, fossem e se sentissem tanto mais legitimados, ou seja, inclinados e, ao mesmo tempo, chamados a opinar, quanto mais “legítimo” fosse o problema suscitado. Assim, observa-se que os incapazes de responder à questão de seu pertencimento ou de sua preferência política – ao designarem o partido do qual se sentem mais próximos – são os mais propensos a deixar sem resposta, também, as outras questões. E isso ocorre com uma freqüência tanto maior quanto mais claramente a questão formulada estiver situada no registro

da política profissional: os entrevistados, classificados no "público amorfo" pela SOFRES, respondem com uma frequência tão grande (81%) quanto a daqueles que afirmam estar próximos da extrema esquerda (91%), da esquerda (90%), do centro (86%), da direita (93%) ou da extrema direita (92%) quando lhes é perguntado se a França deveria ajudar os "países pobres"; ao contrário, quando lhes é perguntado se ela deveria interessar-se pelos países que têm um "regime democrático", os primeiros respondem nitidamente com uma frequência menor (51%) que a daqueles que afirmam estar próximos da extrema esquerda (76%), da esquerda (67%), do centro (75%), da direita (70%) ou da extrema direita (74%).⁷

Para validar completamente essas proposições baseadas na análise secundária das distribuições das não-respostas e respostas a questões formuladas por diferentes institutos de pesquisa, entre 1960 e 1976, seria necessário proceder a uma pesquisa que fizesse variar sistematicamente o *objeto* e a *forma* dessas questões, desde os problemas de política externa – por exemplo, que, além de serem estranhos à experiência concreta, são vivenciados como inacessíveis a qualquer ação política concebível – até os problemas mais cotidianos, invocando as respostas éticas da existência comum, ou os mais diretamente enraizados na experiência política ou sindical, como tudo o que concerne aos salários, relações de trabalho, sindicatos; e, desde as formulações mais abstratas da "politologia", até as questões concretas que, às vezes, são o equivalente prático das precedentes. A reconstrução dessa espécie de questionário ideal só foi possível, com efeito, pela justaposição das questões extraídas de diferentes organismos. Ora, a taxa de não-respostas varia de acordo com o instituto de sondagem – segundo parece, a SOFRES obtém sempre, em igualdade de circunstâncias, taxas de não-respostas inferiores às do IFOP – e de acordo com a pesquisa (independentemente do assunto), ou seja, de acordo com as instruções fornecidas aos pesquisadores e de acordo com a propensão destes em aplicá-las. Em relação ao mesmo assunto, ela varia, também, de acordo com a conjuntura.⁸

Além disso, a ausência de resposta nem sempre é o produto de uma determinação negativa e, ao lado das não-respostas por falta de competência que são, sobretudo, analisadas aqui, convém contar também com as não-respostas eletivas, verdadeira *abstenção* em que se exprime o efeito da discordância com a resposta legítima que, por não ter a ousadia de se exprimir, é objeto de censura, de um conflito ético ou político que não oferece outra saída além do silêncio. Caso particularmente claro de censura, os agricultores e os pequenos empresários abstêm-se, em uma proporção importante – 17,1% e 15,8% contra 4,1% entre os empregados e quadros médios; 5,1% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais; e 8% entre os operários –, de responder a uma questão sobre a fraude fiscal: "Em relação às declarações de imposto de renda, qual é a atitude, diante das três possíveis, que lhe parece ser a mais normal? Declarar escrupulosamente sua renda; declarar sua renda com omissões voluntárias; tentar subtrair o máximo possível de renda em sua declaração?" - IFOP, févr. 1969. Caso típico de conflito e de censura correlata, os quadros superiores abstêm-se, com uma frequência relativamente elevada (22%, como entre os operários contra 19% entre os empregados e quadros médios, 27% entre os empresários e 41% entre os agricultores), de responder a uma questão sobre o papel dos sindicatos: "Aprova, ou não, o papel desempenhado, atualmente, na França, pelos sindicatos de assalariados?" - IFOP, abril 1969. E não teremos

o direito de ler a ambigüidade, até mesmo, a ambivalência, da relação mantida pelos camponeses com os operários e suas organizações na elevada taxa de abstenção que não pode ser imputada somente à incompetência já que, na mesma pesquisa, eles respondem com maior freqüência a uma questão sobre os movimentos estudantis, cujo desconhecimento se situa no mesmo plano (72% contra 59%)?

Do mesmo modo, um mal-estar traduz a distribuição típica dos membros de um grupo em três classes praticamente iguais, aqueles que escapam pela abstenção, aqueles que aprovam e aqueles que desaprovam: diante da questão sobre as relações entre os russos e os tchecos, colocada pelo IFOP em 1968 ("Pensa que os acordos de Moscou, assinados em 26 de agosto passado, entre russos e tchecos, são satisfatórios ou não para os tchecos?"), 37% dos entrevistados, que pensam votar no Partido Comunista, abstêm-se de responder, enquanto tais acordos são satisfatórios para 19% e insatisfatórios para 44%. Os entrevistados que pensam votar em outros partidos de direita ou de esquerda respondem com maior freqüência que os primeiros (somente 18% de não-respostas ao PSU; 22% entre os centristas; 26% entre os socialistas e radicais; 27% entre os simpatizantes da UDR [*Union des Democrates pour la République*]; e 32% entre os Republicanos Independentes) e, também, com uma maior freqüência que tais acordos são insatisfatórios (80% no PSU; 73% entre os centristas; 70% entre os socialistas e radicais; 69% na UDR; e 64% entre os Republicanos Independentes). Do mesmo modo, interrogados sobre a introdução da educação sexual na escola ("Aprova, ou não, a criação de cursos de educação sexual nas escolas?" - IFOP, 1966), 19% dos agricultores abstêm-se de responder (contra 11% dos empresários da indústria e do comércio; 9% dos operários, empregados e quadros médios; 7% dos quadros superiores e membros das profissões liberais); 33% declaram (apesar do efeito de imposição de legitimidade, sem dúvida, bastante forte no caso concreto) sua desaprovação em relação a tais cursos; e 48% afirmam sua aprovação (enquanto 74% dos quadros superiores e membros das profissões liberais declaram-se favoráveis a tais cursos, do mesmo modo que 72% dos operários, empregados e quadros médios, além de 60% dos empresários da indústria e do comércio).

Ocorre que é possível ter uma idéia bastante precisa do efeito próprio da relação entre a competência (no duplo sentido) do respondente, por um lado, e, por outro, o objeto e a forma da questão, ao examinar a maneira como as diferenças entre as taxas de não-respostas - por exemplo, para os homens e para as mulheres - variam em uma só e mesma pesquisa empreendida em fevereiro, de 1971, pela SOFRES sobre "a França, a Argélia e o Terceiro Mundo", ou seja, em um caso em que todas as circunstâncias podem ser consideradas como iguais. Constata-se, em primeiro lugar, que a resposta das mulheres é quase tão freqüente quanto a dos homens quando se pergunta se "a França faz um esforço suficiente ou insuficiente para permitir que os trabalhadores estrangeiros tenham uma moradia" (85% nos dois casos), "para fornecer-lhes uma formação" (70% contra 75%), "para acolhê-los com hospitalidade" (80% contra 83%), "para garantir-lhes um salário conveniente" (77% contra 83%), ou seja, outros tantos problemas que se prestam a uma leitura ética e para cuja solução, segundo a moral tradicional, a mulher tem competência. Em compensação, em relação aos homens, elas têm muito menos propensão em responder ao enfrentarem um problema mais propriamente político: é assim que 75% somente (contra 92% dos homens) respondem a uma questão sobre "a continuação da política de cooperação com a Argélia",

problema – de acordo com a própria questão – de política pura, tanto mais que as questões exteriores encontram-se mais afastadas da experiência concreta que a política interna, sobretudo, quando elas são abordadas, à semelhança do que se passa neste caso, fora de qualquer referência ética (“No que diz respeito às relações franco-argelinas, você julga desejável que a França prossiga uma *política* de cooperação com a Argélia?”). Basta, de fato, que o problema abstrato da cooperação seja deslocado para o terreno da ética – até mesmo, da caridade – atribuída às mulheres, especialistas do coração e da sensibilidade, pela divisão tradicional do trabalho entre os sexos (“Entre os diferentes grupos de países subdesenvolvidos, a França deveria manifestar, em sua opinião, um interesse particular pelos países *mais pobres?*”), para que as mulheres respondam em proporção igual à dos homens (ou seja, em 88% dos casos). Mas, se for reintroduzida uma indagação mais especificamente política ou politológica – e um vocabulário abstrato que evoca realidades diferentes para grupos diferentes – ao perguntar se a França deveria interessar-se “pelos países que têm um *regime democrático*”, a parcela das mulheres que respondem novamente diminui de forma considerável e cai para 59% contra 74% entre os homens.

Temos aí uma manifestação paradigmática dos efeitos da divisão do trabalho entre os sexos: os homens sentem-se tanto mais fortemente *intimados* – e não somente autorizados – a formular uma opinião, quanto mais intenso é o sentimento das mulheres de que estão dispensadas de expressá-la e mais *livres de delegar* essa tarefa e escolher por procuração. Ilustração do encargo – às vezes, insuportável, como é bem visível nas situações de pesquisa sobre a cultura – que implica, para os homens, dominados por sua dominação, a representação estabelecida da divisão do trabalho entre os sexos que é *tanto mais reconhecida e impositiva, quanto mais baixa a posição de alguém nas hierarquias do capital econômico e, sobretudo, cultural*.⁹

De maneira mais geral, quanto maior for a incidência da indagação sobre problemas que estejam relacionados com a existência cotidiana ou a vida privada, além de serem da alçada da moral doméstica, como tudo o que diz respeito à moradia, alimentação, educação das crianças, sexualidade, etc., tanto menor será a separação entre homens e mulheres, e entre os menos instruídos e os mais instruídos, chegando inclusive a anular-se: assim, por exemplo, a uma questão sobre a educação das moças,¹⁰ as mulheres respondem com uma pequena diferença em relação aos homens (93,9% contra 96%) e os menos instruídos um pouco mais que os mais instruídos (94,5% para o nível primário e 92,8% para o nível superior); questionados sobre a culinária, domínio socialmente atribuído à mulher, as mulheres respondem até mesmo de forma mais freqüente, muitas vezes, no conjunto, que os homens (98%, por exemplo, contra 94% a uma questão sobre os pratos preferidos) – se excetuarmos as questões sobre os vinhos, cujo conhecimento é um atributo masculino e tal questão em que os problemas culinários são levados para o terreno do universal (“Você diria que os franceses, *de maneira geral*, comem demais, normalmente ou não suficientemente?”: homens 98%, mulheres 96%).¹¹

Compreende-se, na mesma lógica, que os operários que, habitualmente, têm uma taxa de não-respostas particularmente elevada possam mostrar-se mais apressados em responder a questões sobre o papel do governo nos conflitos entre o patronato e os

trabalhadores (a parcela das não-respostas passam de 13% entre os operários para 18% entre os quadros e membros das profissões liberais; 19% entre os empregados e quadros médios; 25% entre os artesãos e comerciantes; e 31% entre os agricultores),¹² ou sobre os partidos e os sindicatos que defendem melhor os interesses dos assalariados (36,4% entre os operários; 37,6% entre os empresários; 38,9% entre os empregados e quadros médios; 40,1% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais; 49% entre os agricultores).¹³ Pelo contrário, quanto maior for o grau em que a questão formulada é propriamente política ou politológica, ou seja, constituída como tal sem referência direta à experiência ou aos interesses próprios do grupo considerado, em seu objeto e em sua linguagem, tanto maior será a diferença entre homens e mulheres ou entre os mais instruídos e os menos instruídos: é assim que, em tal questão-limite do IFOP, sobre a relação entre “o conflito” do Oriente Médio e a “guerra” do Vietnã,¹⁴ a parcela das não-respostas atinge 40% entre as mulheres contra 21,8% entre os homens, e 40,6% para os entrevistados de nível primário contra 8,5% para os entrevistados de nível superior; ou que, em outra questão já

Tabela 28 – Variações da taxa de não-respostas segundo o sexo

“Existe, atualmente, na França, um grande número de trabalhadores estrangeiros; muitas vezes, eles são encarregados das tarefas mais penosas. Você pensa que a França faz um esforço suficiente ou insuficiente para...”

	suficiente	insuficiente	NR
permitir-lhes que encontrem uma moradia:			
- homens	30	54	16
- mulheres	27	57	16
fornecer-lhes uma formação:			
- homens	34	41	25
- mulheres	31	39	30
acolhê-los com hospitalidade:			
- homens	47	36	17
- mulheres	40	40	20
garantir-lhes um salário conveniente:			
- homens	44	39	17
- mulheres	37	40	23

“No que diz respeito às relações franco-argelinas, você julga desejável que a França prossiga uma política de cooperação com a Argélia?”

	sim	não	NR
- homens	56	36	8
- mulheres	47	28	25

“Entre os diferentes grupos de países subdesenvolvidos, a França deveria, em sua opinião, interessar-se particularmente...”

	sim	não	NR
pelos países mais pobres:			
- homens	70	18	12
- mulheres	74	14	12
por suas antigas colônias:			
- homens	50	37	13
- mulheres	41	39	20
pelos países cuja política exterior é semelhante à da França:			
- homens	56	24	20
- mulheres	48	20	32
pelos países que têm um regime democrático:			
- homens	40	34	26
- mulheres	25	34	41

Fonte: SOFRES, *La France l'Algérie et le Tiers Monde*, févr. 1971. (As distribuições por nível de instrução não estão disponíveis).

citada, sobre o interesse dos acordos de Moscou para os tchecos, as parcelas correspondentes elevam-se a 44,6% e 21,1% e a 39,4% e 11%.¹⁵ Espécie de realização experimental da democracia eleitoral, a sondagem mostra que a antinomia entre o espontaneísmo democrático – que, sem distinção de sexo nem de classe, atribui a todos o direito e o dever de opinião – e o aristocratismo tecnocrático que os reserva unicamente aos “experts”, escolhidos por sua “inteligência” e “competência”, encontra sua solução prática nos mecanismos mediante os quais aqueles que, de qualquer modo, teriam sido excluídos pela seleção tecnocrática, são levados a se excluir “livremente” do jogo democrático.

Competência e incompetência estatutárias

As oportunidades de responder definem-se, portanto, em cada caso, na relação entre uma questão (ou, de forma mais geral, uma situação) e um agente (ou uma classe de agentes) definido por determinada competência – capacidade que, em si mesma, é proporcional às oportunidades de exercer essa capacidade. Seria mais compreensível “o interesse” ou “a indiferença pela política”, se fosse possível ver que a propensão para usar um “poder” político – o poder de votar, de “falar como político” ou de “fazer política” – é proporcional à realidade desse poder ou, se preferirmos, que a indiferença nada é além de uma manifestação da incapacidade.¹⁶

As taxas de não-respostas são, no conjunto, mais elevadas que na ordem da experiência corrente à qual ainda se refere a primeira questão, o que se compreende já que a pergunta incide sobre o sistema de ensino, instituição que parece ser tanto mais incontrolável, quanto menos diplomado é o respondente. Nessa região intermediária, entre o doméstico e o político, é possível ver as taxas de não-respostas aumentar à medida que a indagação se afasta da ordem da moral – evocada, nas questões, por palavras eticamente conotadas: “mérito”, “conscientiosamente”, “severos” – para avançar em direção à política. A comparação das distribuições das duas últimas questões (e, em particular, o fato de que a diferença entre a taxa de não-respostas dos homens e das mulheres é mais elevada para a penúltima – 18,5% contra 32% – que para a última questão, 32,5% contra 42%) mostra que, neste caso, a propensão para responder ou abster-se ou, se preferirmos, a competência social pode ter dois princípios que podem ou não ser cumuláveis, a saber: a competência estatutária para julgar o sistema de ensino, conferida pelo diploma escolar, e a competência estatutária para julgar a política que depende *também* do sexo.

Essa é a única hipótese que permite compreender o fato – comumente aceito como óbvio – de que, à semelhança da propensão para responder, o interesse declarado pela política seja mais elevado entre os homens que entre as mulheres, elevando-se com o nível de instrução, a posição na hierarquia social, a idade e o porte da aglomeração de residência: segundo uma pesquisa do IFOP (*Sondages*, 1-2, 1969), a parcela daqueles que afirmam interessar-se muito pela política passa de 2% entre as pessoas de nível primário para 13% entre as pessoas com nível secundário e 34% para o nível superior; segundo Emeric Deutsch, Denis Lindon e Pierre Weill (*Les familles politiques aujourd'hui en France*, Paris, Ed. De Minuit, 1966, p. 104-105), as taxas correspondentes são de 6, 14 e 32% (a proporção para os homens é de 11% e de 5% para as mulheres). Do mesmo

modo, o interesse declarado pelos debates políticos ("Face à face") e outros programas dedicados a problemas políticos, econômicos e sociais, é mais elevado entre os homens que entre as mulheres, mais forte em Paris que nas pequenas cidades e entre os mais instruídos que os menos instruídos: a parcela daqueles que assistiram "freqüentemente" ou "de tempos em tempos" aos debates "Face à face" passa de 43,3% entre os sem diploma para 51,8% entre os detentores do CEP; 55,5% entre os detentores do brevê ou do CAP; e, por último, 65,7% entre os detentores do *baccalauréat* ou de um diploma de ensino superior. Por sua vez, a parcela dos espectadores de programas dedicados a problemas econômicos e sociais é de 34,8%, 47,8%, 55,8% e 65,7%, respectivamente (Secrétariat d'État à la Culture, *Pratiques culturelles des Français*, Paris, 1974, t. II, p. 28 e 29). De acordo com a mesma lógica, os homens afirmam, com maior freqüência que as mulheres, interessar-se muito pelos resultados das sondagens de opinião (26% contra 22%), os jovens mais freqüentemente que os mais velhos (26% dos que têm idade inferior a 49 anos contra 23% dos que possuem uma idade compreendida entre 50 e 64 anos, e 19% dos que têm 65 anos e acima), os quadros superiores e membros das profissões liberais com maior freqüência (32%) que os quadros médios e empregados (28%), os artesãos e pequenos comerciantes (27%), os operários (23%), os agricultores e assalariados agrícolas (17%) (SOFRES, *Sondage sur les sondages d'opinion*, nov. 1975). É também entre os quadros superiores e membros das profissões liberais que, de acordo com outra pesquisa realizada pela SOFRES em setembro de 1976, encontra-se a parcela mais elevada de indivíduos que afirmam estar mais dispostos para falar à sua volta sobre o programa de um partido, participar de passeatas e aderir ou dar dinheiro a um partido "pelo triunfo de suas idéias".

Convém estabelecer o paralelo destas regularidades com aquelas observadas no recrutamento e promoção do pessoal na área da política. Tudo contribui para confirmar, de fato, que as oportunidades de participar ativamente na política e ocupar funções importantes em um partido são, incomparavelmente, maiores quando se é um homem e

Tabela 29 – Variações da taxa de não-respostas segundo o nível de instrução

	primário	secundário	superior
Ser professor é uma boa profissão	10,5	9,8	11,4
Os professores têm mérito a exercer sua profissão nas condições atuais	11,2	8,3	4,1
Muitos professores, atualmente, não exercem conscienciosamente sua profissão	35,5	36,7	17,7
Os professores não são suficientemente severos com os jovens	21,6	16,9	8,3
Os professores, na França, têm férias demais	12,0	7,2	3,1
O salário dos professores é insuficiente	46,5	25,9	19,2
Os professores fazem política demais	32,3	17,6	12,4
Os professores estão mal preparados para exercer sua profissão	47,9	24,5	12,5

Fonte: IFOP, mars 1970.

Se eu estivesse mais bem informada...

Ou seja, eu poderia compreender, certamente, melhor, enfim, determinadas coisas, se eu estivesse mais bem informada. É tudo. Se eu estivesse mais bem informada, certamente, as coisas seriam diferentes. De fato, evito participar de reuniões e... Existem muitos outros meios, por exemplo, os jornais, a TV e o programa "À armes égales"*, se bem me lembro. Bem, tem de se acompanhar, é tudo muito parecido, é necessário ter tempo. É sobretudo isso, é o tempo que me faz falta. Caso contrário, se eu tivesse tempo, eu gostaria de me informar a respeito de tudo isso e ficar ao corrente de determinadas coisas e de tudo. Mas a verdade é que não tenho tempo. Se eu tivesse mais tempo, então, sim, eu me dedicaria a isso, tentaria conhecer certas coisas, enfim, acompanhar o que se passa. Ou seja, com mais informação, já se torna possível discutir mais com determinadas pessoas. Quando não se conhece muita coisa, fica-se um pouco à margem.

(Faxineira)

Naturalmente, é verdade que qualquer um pode dedicar-se à política. Mas, finalmente, é necessário, mesmo assim, certa instrução para dedicar-se à política. Em primeiro lugar, deve-se ir à escola, entende, para aprender muitas coisas.

(Servidora municipal)

se dispõe de um capital escolar mais importante: a porcentagem de mulheres é apenas de 1,8% na Assembléia Nacional e de 2,5% no Senado. Em todos os partidos, a parcela de mulheres é sempre muito mais reduzida entre os estados maiores que entre os delegados locais.¹⁷ As mulheres que, de acordo com as intenções de voto, representavam 50% do eleitorado potencial do Partido Socialista não constituíam mais que 1,5% dos delegados do Congresso desse partido, realizado em Nantes, em junho de 1977, e 30% dos efetivos das seções locais, em Paris. Elas são 31% dos militantes comunistas presentes nas conferências de seção da Federação de Paris, 29% dos delegados que exercem responsabilidades no Partido e 26% dos secretários de célula dessa Federação.

Do mesmo modo, os operários que representam 31% dos eleitores e 16% dos aderentes da UDR (17,6% dos aderentes, no departamento de Gironda) constituem 2% somente dos responsáveis e 1% somente dos deputados eleitos em 1968. Enquanto representam, segundo as intenções de voto, 36% do eleitorado socialista para a França inteira (que conta com 40% de operários) e 21,9% dos aderentes das seções, em Gironda (departamento que conta 34,2% de operários), estão quase ausentes das seções locais, em Paris (1,7%) e representam apenas 5% dos delegados do Congresso de Nantes, já citado, e 0% dos deputados em 1968. Mais representados que na população economicamente ativa entre os aderentes do PC (ou seja, por exemplo, para a Gironda,

* Programa político, transmitido pelo canal TF1 na terceira terça-feira de cada mês: duas personalidades de orientação ideológica diferente eram convidadas a expor, mediante o uso de todos os recursos da televisão, seu ponto de vista sobre um tema de interesse nacional. (N.T.)

53,8% contra 34,2% na população economicamente ativa), os operários são um pouco menos representados entre os delegados que exercem responsabilidades ou entre os secretários de células (ou seja, 17% em Paris contra 26% na população economicamente ativa parisiense) ou na Assembléia Nacional (37% em 1968 contra 40% na população economicamente ativa da França inteira).

Observa-se uma forte sobre-representação dos diplomados do ensino superior entre os políticos – embora o militância ofereça uma outra via de acesso para os detentores de um nível de instrução reduzido): em 1968, 67,5% dos deputados haviam empreendido estudos universitários e 14% de ensino secundário; por sua vez, entre os delegados do Partido Socialista, no Congresso Nacional de Grenoble (junho de 1973), 54,6% haviam freqüentado estabelecimentos de ensino superior, enquanto 23,3% possuem um nível de instrução de ensino secundário. Neste caso, tudo parece indicar que a posse de um importante capital escolar tende cada vez mais a constituir uma condição necessária para receber o mandato como delegado do Partido Socialista: dois terços dos deputados que aderiram ao PS, entre 1971 e 1973, haviam empreendido estudos no ensino superior contra 36,4% somente dos aderentes antes de 1968. O acesso para os deputados às “funções dirigentes” (Diretório da Assembléia Nacional, das Comissões, etc.) depende do volume de capital escolar – entre os delegados socialistas, 64% dos “dirigentes” fizeram estudos superiores contra 31% dos “não-dirigentes” – ou, então, nos partidos em que a maioria dos deputados havia empreendido estudos no ensino superior, da espécie de capital escolar possuído (estudos de direito ou letras foram feitos com maior freqüência pelos deputados “dirigentes” do PDM [*Progrès et Démocratie Moderne*] ou da URD que pelos “não-dirigentes”).

Portanto, na relação bastante estreita que se estabelece entre o capital escolar e a propensão para responder aos problemas mais propriamente políticos, seria ingênuo ver um efeito simples e direto da distribuição desigual da competência especificamente política, definida, no sentido restrito, pela posse de conhecimentos eruditos e práticas necessárias para produzir ações e julgamentos propriamente políticos – e, sobretudo, talvez, pelo domínio da linguagem propriamente política –, capacidades a respeito das quais tudo permite supor que variem como o capital escolar.

Convidados a agrupar, de acordo com seu desejo, um conjunto de movimentos, agrupamentos ou partidos políticos, os entrevistados constituem, de maneira geral, um número tanto mais elevado de classes, quanto mais elevada é sua posição social ou mais importante é seu capital escolar: a maior parte daqueles que têm um nível de estudos inferior ao *bac* constituem, no máximo, quatro grupos, enquanto os mais diplomados chegam a cinco ou acima; 25% daqueles que têm um diploma superior à *licence* constituíram, no mínimo, nove grupos (desempenho observado apenas excepcionalmente entre os titulares do CEP ou CAP e nunca entre os não-diplomados). A aptidão para operar classificações mais sutis, a propensão para fazer comentários sobre as classificações operadas e, sobretudo, para atribuir nomes ou qualificativos às classes constituídas varia de forma ainda mais forte segundo a posição social, o capital escolar e a *origem social*.¹⁸

Uma tomada de consciência

Para começar, em primeiro lugar, quando me casei, eu não tinha opiniões bem definidas, eu vinha da Bretanha, certo, eu sentia muitíssimo bem que havia problemas e depois, hein, eu sentia isso, mas não conseguia defini-los. Casei-me com um comunista sem me dar conta do que estava fazendo. No início, você entende, quando eu via a edição de *L'Humanité-Dimanche*, eu chegava em casa e ficava furiosa. Você entende, eu não ligava para esse jornal, durante vários meses, deixei-o de lado. E depois, aos poucos, você entende, fui obrigada a reconhecê-lo, você entende, que ele tomava posições, talvez, um tanto rígidas, mas que na realidade eram válidas. Meu marido era sindicalista, portanto, eu tinha de me relacionar com um sindicalista; e depois, tive 1, 2, 3 filhos e, em seguida, você entende, passei por algumas dificuldades, como todo o mundo, aos poucos; algumas delas foram bem difíceis porque, ainda por cima, eu havia assumido o encargo de minha mãe. Meu marido é um operário, bom, é isso, você entende, fiquei conhecendo os problemas dos operários. E depois, tomei posição bem definida no momento da Guerra da Argélia, você entende, reconheci até mesmo que ocorreram coisas monstruosas, contra as quais a gente havia sempre lutado. A gente havia considerado sempre que essa guerra não tinha sentido e foi aí, realmente, que fiquei compreendendo a luta do partido. Foi sobretudo quando ocorreu o caso de Charonne*, você entende? Então, senti-me completamente enojada porque, você entende, consegui convencer meu marido a ficar em casa, nessa tarde; senão, ele poderia ter sido uma das vítimas.

(Costureira, mulher de torneiro, 42, comunista)

Semelhante leitura, favorecida por todas as aparências, limitar-se-ia a registrar duas representações contrastantes e complementares da divisão do trabalho político: a representação tecnocrática confinada à competência técnica tal como é definida pela condição de acesso às "responsabilidades políticas" ou às escolhas políticas "responsáveis"; e a representação complementar, baseada no sentimento da incompetência e da incapacidade, que leva os mais desprovidos, do ponto de vista econômico e cultural, a recorrer aos "experts" ou à crença na criptocracia, essa outra maneira de superestimar as outras classes. Como todo registro do dado tal como ele se dá, esta constatação da aparência teria o efeito de impedir a busca dos fundamentos objetivos de tais representações e, mais precisamente, na realidade da divisão do trabalho político, a procura da verdade das representações dessa divisão do trabalho. De fato, neste domínio assim como alhures, a relação entre a realidade e as representações estabelece-se por intermédio das disposições que são a forma incorporada das oportunidades associadas a determinada posição na divisão do trabalho. A competência "técnica" depende, fundamentalmente, da competência social

* Referência aos acontecimentos de 8 de fevereiro de 1962 que provocaram a morte de nove pessoas (todas filiadas à CGT e, exceto uma, ao PCF) em uma das bocas da estação de metrô "Charonne", em Paris, na sequência de uma passeata organizada pelo Partido Comunista Francês e por outros grupos de esquerda em favor da independência da Argélia. (N.T.)

e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição. Ou dito em outras palavras, para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder às questões políticas, não basta levar em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, até mesmo, de produzi-lo, que é garantida pelo diploma escolar; convém fazer intervir, também, o sentimento – autorizado e incentivado do ponto de vista social – de ter bons motivos para dedicar-se à política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas, implementando uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente políticos, em vez de responder pontualmente a partir de princípios éticos.¹⁹ Em seu princípio, o efeito do diploma escolar não é assim tão diferente quanto possa parecer do efeito do estatuto sexual: nos dois casos, está em jogo tanto um direito estatutário sobre a política, quanto uma simples cultura política, condição de exercício desse direito do qual se dotam aqueles que se sentem com direito de exercê-lo. A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito. O efeito de marcação produzido pela imposição de propriedades, tais como o estatuto escolar ou a identidade sexual, impõe-se tanto ao indivíduo marcado, intimado deste modo a estar à altura de sua definição social, quanto aos outros, que esperam que ele realize sua essência (a tradução psicossociológica desta relação é, particularmente, visível nas relações no interior do casal). Eis porque a competência no sentido de cultura específica está com a competência no sentido de propriedade estatutária na relação da existência com a essência: somente aqueles aos quais cabe possuí-la podem realmente adquiri-la e somente aqueles que estão habilitados a possuí-la sentem o dever de adquiri-la.

Pretende-se ver um começo de prova dessas análises no fato de que as mulheres, em igualdade de circunstâncias – e, em particular, no capital escolar –, distinguem-se menos dos homens no terreno da estrita competência técnica que *em sua maneira de afirmá-la*. Assim, as mulheres dotadas de um capital escolar igual constituem, praticamente, o mesmo número de classes no interior do universo dos movimentos e partidos políticos, além de atribuírem com uma frequência bastante semelhante designações a essas classes. Por sua vez, os homens – sem dúvida, em parte, porque a política é de sua alçada e porque seus investimentos são mais importantes neste terreno – conhecem um maior número de nomes de políticos que as mulheres, sabem com maior frequência o grupo, partido ou movimento a que eles estão vinculados, podem afirmar com uma frequência um pouco maior o nome e a tendência política do deputado de sua circunscrição. Mas, é sobretudo quando se trata de afirmar socialmente essa competência que a diferença salta aos olhos: em um nível de instrução igual, e em relação aos diferentes problemas propostos, as mulheres afirmam, em número superior aos homens, que não sabem se esses problemas são políticos ou não;²⁰ elas confessam com maior frequência que não sabem quem é Philippon, ao passo que os homens estão mais inclinados a dissimular tal ignorância; elas contentam-se com maior frequência em indicar uma zona na escala política, enquanto os homens tendem a situar-se em um ponto bem definido.

Sobretudo, elas estão prontas com maior freqüência a reconhecer que a política é um assunto de especialistas. Por último, elas são nitidamente mais numerosas a reconhecer sua confusão para escolher um candidato no momento do voto. Além de terem maior tendência para delegar a outros – e, sem dúvida, em primeiro lugar, ao marido – sua capacidade de escolha política, as mulheres parecem ter a respeito da política uma visão mais local e, também, mais moral e sentimental que os homens: assim, em todos os níveis, elas são um pouco mais numerosas que os homens a considerar que a ajuda aos deficientes físicos é um problema político; e, ao contrário, um pouco menos numerosas a julgar que o mesmo ocorra com o voto nas eleições legislativas ou municipais, ou com uma coleta em favor do Vietnã.

Assim, neste caso, as variações das não-respostas segundo o sexo, o capital escolar ou a classe social, ou seja, de um modo geral, segundo as oportunidades de deter algum poder, seja em que campo for, servem para testemunhar que a competência política no sentido de capacidade socialmente reconhecida é uma das aptidões que só se detém na medida em que se tem o direito ou o dever de detê-las; e as variações observadas, também, em igualdade de circunstâncias, segundo a saturação da questão em indícios de conformidade às normas do discurso político despolitizado – neutralidade estilística, eufemismos, etc. – servem para confirmar a contribuição dos doxósofos, eruditos aparentes e eruditos de aparência, para impor limites de competência quando, ao imporem à interrogação e à análise as aparências que contribuem para colocá-las fora de alcance, eles fortalecem o sentimento de indignidade entre os “incompetentes”.

O país legal

A propensão para tomar a palavra, até mesmo, da maneira mais rudimentar – ou seja, produzir um sim ou um não, ou inscrever uma cruz diante de uma resposta pré-fabricada – é estritamente proporcional ao sentimento de ter o direito à palavra. Nada o demonstra melhor que a composição da amostra, chamada espontânea, das pessoas que, ao responder a uma “consulta nacional” sobre o sistema de ensino – realizada, após 1968, com a colaboração da imprensa –,²¹ afirmaram-se como *partes integrantes*, com direito não só a exprimir uma *opinião autorizada e fazendo autoridade*, mas também a assumir a palavra performática de um grupo de pressão legítimo;²² a *opinião mobilizada* – na lógica da petição – a propósito da educação coincide, praticamente, com a população dos utilizadores do ensino superior. A probabilidade de que um agente isolado, sem qualquer delegação, tenha acesso a uma opinião explícita e coerente sobre o sistema de ensino, tem a ver com o grau em que depende dele para sua reprodução e em que, do ponto de vista objetivo e subjetivo, está *interessado* por seu funcionamento.

Como se a propensão para pesar no destino da instituição fosse tanto mais intensa quanto maior é o peso do indivíduo, este se presta tanto mais facilmente a responder a uma consulta sobre o ensino superior quanto mais arraigado é seu sentimento em relação à legitimidade para falar a esse respeito e quanto mais diretamente interessado está no funcionamento desse sistema.²³ É assim que a probabilidade de responder – nitidamente

mais forte para os homens que para as mulheres (as quais, além disso, tendem a exprimir-se como “mãe do aluno”, em vez de porta-voz autorizado dos interesses de um grupo ou do interesse geral) e para os parisienses que para os interioranos – está, para uma determinada classe social, muito próxima de suas possibilidades objetivas de levar os filhos a ter acesso às *Grandes écoles* (isto é, praticamente igual a zero para camponeses e operários, ou seja, da ordem de 0,09 e 0,05 em 10.000; da ordem de 0,7 em 10.000 entre os artesãos e comerciantes; 0,9 entre os empregados; 3 entre os quadros médios; 19 entre os professores primários; 5 entre os industriais e grandes comerciantes; 11 entre os quadros superiores; 22 entre os engenheiros; 26 entre os membros das profissões liberais; 110 entre os professores do ensino secundário e superior – todos esses números foram obtidos através da relação estabelecida entre a população masculina de cada classe de respondentes e a fração correspondente da população economicamente ativa). Para os alunos e estudantes – cujas respostas são tanto mais freqüentes, quanto mais elevado é seu nível de estudos e mais elevada é a posição da instituição (liceu em vez de CES ou CET, *grande école* de preferência a faculdade) em que se encontram matriculados, ou residem em Paris, em vez do interior –, a probabilidade de resposta está estreitamente associada à origem social (2 a 3 vezes mais forte para um filho de industrial, quadro superior ou membro das profissões liberais que para um filho de operário quando se trata de estudantes; e tal intensidade aumenta para 6 vezes ao tratar-se de alunos).

É possível observar exatamente as mesmas tendências nas respostas suscitadas por diferentes questões formuladas por institutos de sondagem a propósito do sistema de ensino: de maneira geral, a parcela das não-respostas é mais elevada entre as mulheres que entre os homens; ou seja, em uma pesquisa sobre a lei de orientação (IFOP, oct. 1968), 29,7% contra 25,7%; em uma pesquisa sobre a seleção no ingresso à faculdade (IFOP, sept. 1968), 16,9% contra 11,2%; mas, 26% nos dois casos em relação a uma questão sobre a transferência do latim para a classe de 4^{ème}* (IFOP, sept. 1968); mais elevada entre os menos instruídos que entre os mais instruídos (ou seja, 32% do nível primário contra 15% do nível superior, 19% contra 6% e 35% contra 10%, respectivamente); e mais elevada entre os interioranos que entre os parisienses. Por sua vez, a parcela dos respondentes aumenta, também, à medida que se sobe na hierarquia social. O mesmo é dizer que a amostra espontânea é o *limite* para o qual tende a população dos respondentes de uma pesquisa efetuada a partir de uma amostra representativa ou, se preferirmos, que as respostas obtidas por uma pesquisa empreendida com uma amostra representativa constituem uma amostra espontânea que, apesar de não ser percebida como tal, é o produto de leis de construção totalmente semelhantes, em seu princípio, àquelas que são descritas aqui.

Os representantes de cada categoria são tanto menos representativos do grupo em seu conjunto quanto menos representada é a categoria de que fazem parte; além disso, o princípio subjacente é praticamente sempre a relação ao sistema de ensino (assim, 90,7% dos industriais e grandes comerciantes têm um diploma igual ou superior ao *baccalauréat* contra 11,3% somente entre a população economicamente ativa, do mesmo

* A classe de 4^{ème} corresponde, aproximadamente, à 7^a série. (N.T.)

Quantidade e qualidade

Seria arriscado, neste domínio, fazer prevalecer a noção de *quantidade* em relação à noção de *qualidade*. Impõe-se, segundo me parece, certa *competência* para proferir um julgamento objetivo sobre a questão.

(Professora *agrégée**, observação escrita à margem do questionário da AEERS)

modo que 28,7% dos artesãos e pequenos comerciantes contra 2,8% somente na população economicamente ativa). Observa-se, igualmente, que pelo fato de uma fração estar mais afastada do sistema de ensino, a maior frequência dos respondentes encontra-se na parcela da fração mais interessada por esse sistema, ou seja, aquela que, no momento da pesquisa, está em idade de ter filhos no ensino secundário ou superior: assim, 49,7% dos professores da amostra espontânea têm uma idade compreendida entre 35 e 54 anos contra 38,9% na população economicamente ativa; 69,7% dos membros das profissões liberais, cuja idade é compreendida entre 35 e 54 anos, na amostra espontânea, contra 53,5% na população economicamente ativa; 77,1% dos industriais e grandes comerciantes contra 50,7% somente na população economicamente ativa.

Deste efeito de superseleção, segue-se que as diferenças entre as classes e as frações – que, no interior das classes médias e da classe dominante, têm uma representação tanto mais importante quanto mais importante é seu capital cultural – estão reduzidas ao mínimo e, por conseguinte, o grau de acordo sobre os diferentes problemas propostos é, sem dúvida, maior que na população-mãe.²⁴ Se os professores são tão fortemente super-representados, é porque eles estão interessados e legitimados em vários aspectos. De fato, a hierarquia das probabilidades de aparição mostra que o efeito da legitimidade prevalece em relação ao efeito do interesse associado unicamente ao pertencimento: com efeito, a probabilidade de aparição das diferentes categorias de professores aumenta à medida que se sobe na hierarquia das instituições – ou seja, da ordem de 19 em 10.000 para os professores primários; de 34 para os professores do CET [Colégio de Ensino Técnico]; de 60 para os professores do CEG [Colégio de Ensino Geral]; de 199 para os professores de liceu; de 224 para os professores do ensino superior – e cresce, também, segundo o grau, no interior de cada instituição (passando de 58 em relação aos reitores para 175 em relação aos certificados e para 382 em relação aos *agrégés* e de 164 em relação aos assistentes do superior para 204 em relação aos mestres assistentes e para 320 em relação aos professores e mestres de conferência). Se os professores *agrégés* do ensino secundário e, sobretudo, os professores das disciplinas “clássicas” (latim, grego, francês, história e geografia) têm a propensão mais forte, entre todas as categorias, para responder é porque – mais legitimados, por exemplo, que os professores primários que, por sua vez, se encontram tão ligados ao sistema quanto eles – estão mais vinculados ao

* Título obtido depois de passar o concurso de “agrégation”, conferindo-lhe, portanto, a titularidade para ocupar o posto de professor de liceu ou de faculdade. (N.T.)

sistema de ensino que os professores de ensino superior que (com exceção dos professores das disciplinas literárias mais tradicionais, francês latim, grego e história, muito mais inclinados a responder que os professores das outras disciplinas e das outras faculdades) podem aplicar seus investimentos fora da instituição e não somente na pesquisa. É, talvez, também porque eles se sentiram – mais que todas as outras categorias – *questionados pela crise*.

Se os professores das disciplinas, outrora, dominantes no ensino secundário (latim, grego, francês e história) manifestam uma propensão, particularmente elevada, para responder – eles escreveram um grande número de livros ou artigos, depois de Maio de 1968 – é também porque a redefinição dos conteúdos da cultura legítima e das maneiras legítimas de transmiti-las, particularmente, no secundário, ameaça sua própria existência enquanto produtores – ou reprodutores – de produtos, cujo único mercado e cuja única razão de ser é o ensino secundário e os concursos de contratação que lhe dão acesso.

Mas o ensinamento essencial desta análise é que, ao impor a todos, uniformemente, problemas restritos a alguns, através de um procedimento tão irrepreensível quanto a aplicação de um questionário composto por respostas pré-formadas a uma amostra representativa, temos todas as possibilidades de produzir, artificialmente, um simples artefato ao promover a existência de opiniões não preexistentes à indagação e que, de outro modo, não teriam sido expressas ou, expressas de outro modo, ou seja, por intermédio de porta-vozes titulares, teriam sido completamente diferentes; opiniões que, de qualquer forma, teriam poucas oportunidades de se formular *espontaneamente*, de se *manifestar*, na medida em que a manifestação é uma das maneiras de emprestar força às opiniões *manifestando o grupo mobilizado por elas*. A opinião política não é um julgamento puro, nem puramente informativo, capaz de se impor pela força intrínseca de sua verdade, mas uma *idéia-força*, contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica: ou, dito em outras palavras, ao trazer em seu bojo necessariamente o poder de mobilização e a pretensão para a existência, a opinião política é definida, tanto por seu conteúdo informativo, quanto pela energia em que se apóia sua existência como força propriamente política, embora seja ela que, em parte, faça existir essa energia ao mobilizar o grupo que a detém no estado potencial.

À palavra autorizada da competência estatutária, palavra poderosa, que contribui para fazer o que ela diz, responde o silêncio da incompetência não menos estatutária que, vivenciada como incapacidade técnica, condena à delegação, o *desapossamento irreconhecido e reconhecido* dos menos competentes em favor dos mais competentes, das mulheres em favor dos homens, dos menos instruídos em favor dos mais instruídos, daqueles “que não sabem falar” em favor daqueles “que falam bem”. Se a propensão para delegar a outros, reconhecidos por sua competência técnica, a responsabilidade pelos assuntos políticos varia em razão inversa do capital escolar possuído, é porque o diploma escolar (e a cultura, supostamente, garantida por ele) é tacitamente considerado – tanto por seus detentores, quanto pelos outros – como um diploma legítimo para exercer a autoridade. Por um lado, aqueles que admitem que a política não lhes diz respeito e que,

por serem desprovidos dos meios reais de exercê-los, abdicam dos direitos formais que lhes são reconhecidos. Por outro, aqueles que se sentem no direito de pretender manifestar a "opinião pessoal" ou, até mesmo, a opinião autorizada, atuante, que é o monopólio dos competentes: duas representações opostas, mas complementares da divisão do trabalho político que reproduzem nas disposições, práticas e discursos, a divisão objetiva dos "poderes" políticos entre as classes e os sexos, contribuindo, por conseguinte, para reproduzir tal divisão.²⁵ É assim que, atualmente, por uma dessas reviravoltas paradoxais que são costumeiras nestas matérias, a instrução – que, de acordo com a expectativa dos reformadores do século XIX, garantiria, acima de tudo, as condições do bom funcionamento do sufrágio universal ao produzir cidadãos capazes de votar ("o juiz, dizia Jules Simon, deve saber o que faz, esclarecer-se a si mesmo") – tende a funcionar como um princípio de seleção, tanto mais eficaz por não ser imposto oficialmente, tampouco, tacitamente, que serve de fundamento e legitima a desigual participação na democracia eleitoral e, tendencialmente, *toda a divisão do trabalho político*.

A opinião pessoal

Em um de seus escritos, Nietzsche escarnece do culto escolar ao "jeito pessoal" e não seria um pequeno empreendimento proceder à descrição completa do conjunto dos mecanismos institucionais – e, em particular, intelectuais e escolares – que contribuem para incentivar o culto e a cultura da "pessoa", ou seja, o conjunto de *propriedades pessoais*, exclusivas, únicas, originais, por exemplo, as "idéias pessoais", o "estilo pessoal" e, acima de tudo, a "opinião pessoal". Seria possível mostrar que a oposição entre o raro, o distinto, o escolhido, o único, o exclusivo, o diferente, o insubstituível, o incomparável, o original, por um lado, e, por outro, o comum, o vulgar, o banal, o qualquer, o ordinário, o médio, o habitual e o trivial, com todas as oposições aparentadas entre brilhante e fosco, fino e grosseiro, requintado e rude, elevado (ou realçado) e baixo, é uma das dimensões fundamentais – a outra se organiza em torno da oposição entre afortunado e pobre – do léxico da moral e da estética burguesas. Aqueles que, ao pretenderem apreender a contribuição que o sistema de ensino pode trazer à inculcação de uma visão do mundo social, limitam sua busca, a exemplo de um grande número de estudos sobre o conteúdo dos compêndios de história, às intervenções ideológicas mais diretas e visíveis ou, até mesmo, de acordo com a pesquisa alemã sobre os elementos fundamentais da imagem da história (*Geschichtsbild*), à filosofia elitista da história que está em ação no ensino dessa disciplina, deixam escapar, sem dúvida, o essencial:²⁶ de fato, qualquer instituição escolar, desde a organização estritamente individualista do trabalho que ela impõe até os esquemas classificatórios utilizados em suas operações de classificação e que privilegiam sempre o original em detrimento do comum, passando pelos próprios conteúdos que ela ensina e a maneira de ensiná-los, tende a fortalecer a inclinação para o individualismo ou egotismo, introduzidos no sistema pelos filhos da pequena e grande burguesias. A literatura "em que, de acordo com a afirmação de Gide em seu *Journal*, nada vale além do que é pessoal" e a celebração de que ela é objeto no campo literário e no sistema de ensino encontram-se, evidentemente, no centro do culto do ego em que a filosofia, quase sempre reduzida a uma afirmação altaneira da distinção do pensador, canta também sua parte. E tudo permite

Uma opinião bastante pessoal

Não me interesso por partidos. Em vez de votar por um partido, prefiro votar por um candidato. Um candidato sem partido seria ainda melhor.

Não tenho uma definição exata para o socialismo; trata-se de uma palavra utilizada demais, atualmente, que pretende dizer tudo e nada significa, portanto, não posso explicar-lhe como ele deve, ou não, ser construído, considerando que deixei de saber o que é agora. É algo demasiado maltratado!

Pessoalmente, acho que não conseguiria filiar-me a um partido. Eu seria incapaz de ter, logo de saída, as mesmas preferências. Minhas origens jansenistas e meu avô livreiro fazem com que eu me mantenha aberto a tudo e não consigo motivar-me por uma idéia geral; ou seja, aceito o que de há de bom, para mim, nos vários partidos. Agora, considerando que é a opinião bastante pessoal que conta, desconfio que seja impossível encontrar um partido que possa agrupar certos elementos de várias doutrinas que, para mim, não têm qualquer incompatibilidade.

(Contabilista)

augurar que a psicanálise que, apesar de descrever mecanismos genéricos, autoriza e incentiva a imersão na unicidade das experiências originárias – ao contrário da sociologia que não teria suscitado tantas resistências se ela não tivesse procedido à redução ao genérico, ao comum –, entrará na variante modernista desse culto.

Para justificar completamente a pretensão pequeno-burguesa em relação à “opinião pessoal”, conviria levar em consideração não só o fortalecimento exercido pelo sistema escolar ou pelas instituições de difusão, mas também as características específicas das condições sociais de produção do *habitus* de que tal pretensão é uma dimensão. Vê-se, de fato, que a reivindicação do direito à “opinião pessoal” e a desconfiança em relação a todas as formas de delegação, sobretudo, na política, inscrevem-se logicamente no sistema das disposições próprias a indivíduos, cujo passado e projeto baseiam-se na aposta da salvação individual, escorada nos “dons” e “méritos” pessoais, na ruptura das solidariedades enfadonhas, inclusive, na negação das obrigações incômodas, na escolha de privilegiar sistematicamente – tanto no habitat quanto no trabalho, tanto no lazer quanto na atividade mental – o privado, o íntimo (“em sua casa”) contra o que é público, coletivo, comum, qualquer, emprestado.²⁷ No entanto, as disposições ingenuamente “egoístas” dos pequeno-burgueses nada têm em comum com o sutil egotismo dos detentores dos meios de afirmar a unicidade de sua pessoa em todas as suas práticas e, em primeiro lugar, em sua profissão, *atividade liberal*, escolhida e dirigida livremente, em que se afirma, como se tratasse de sua única virtude, uma “personalidade” irredutível ao papel anônimo, impessoal, permutável com o qual os pequeno-burgueses ainda devem se identificar (“o regulamento é o regulamento”) para existir ou, no mínimo, para fazer reconhecer sua existência social, em particular, em seus conflitos com os burgueses.²⁸ E a prudência desconfiada que freia a delegação ou o alistamento nada tem em comum com a certeza de ser o melhor porta-voz de pensamentos e opiniões incomparáveis.

Um professor inclassificável

- O sr. podia situar-se na escala política?

Veja só, de novo, sou incapaz de responder a essa pergunta. Eu poderia dizer-lhe em que grupo votei, em determinada época.

- O sr. pode definir-se de outro modo?

Por intermédio desses movimentos? Veja só, onde coloca o gaullismo? Compete-me formular a pergunta. Existem gaullistas que afirmam ser de esquerda e outros que dizem ser de direita; houve um que, certa vez, fez tal afirmação (risos). É uma prova de coragem. Se levo em consideração meu boletim de voto, desde que atingi a maioria, já ocorreu que votei pela direita, votei também por Mendès-France e, muitas vezes, por De Gaulle. Neste caso, você pode atribuir-me a posição que lhe aprouver. Se, sob a ameaça de uma faca na garganta, eu fosse obrigado a escolher um partido político, antes de mais nada, eu recusaria fazer tal escolha; encontraria um motivo qualquer para evitá-la. Não, realmente não sei; o princípio dos partidos políticos não me satisfaz, você entende. Penso que se trata de um mal necessário como ocorre com um grande número de outras coisas; mas, pessoalmente, isso não me diz respeito. Posso eliminar certo número de coisas, você entende. Por eliminação, não sou comunista. Há, certamente, aspirações do tipo esquerdista, mendesista ou gaullista de esquerda que, afinal de contas, acabam sendo convergentes e não me são estranhas. E, por um lado, contraditoriamente, sou partidário de certa ordem: considero que, na desordem, é impossível fazer seja lá o que for. Em período normal, é claro. Por outro lado, não sou um homem do Centro. Quando considero que se deve tomar partido, eu topo. É difícil responder à sua pergunta, veja bem. Portanto, se quiser, atualmente, serei um pouco gaullista do primeiro período, o gaullismo da guerra, como já foi outrora minha opção. Em vez de um partido político, trata-se de certa filosofia. Isso não prova que... no movimento gaullista, eu não possa estar contra um grande número de coisas. É por isso que nunca chegarei a filiar-me a um partido.

(Professor universitário, Paris)

No fato de que os quadros superiores são mais numerosos a afirmar que, em matéria de informação política, eles depositam confiança, sobretudo, nos jornais (em 27% dos casos e 24% entre os quadros médios e empregados contra 14% dos agricultores, 11% dos operários, 8% dos artesãos e pequenos comerciantes) ou nos semanários (19% contra 7% dos quadros médios e empregados, 6% dos operários, 5% dos artesãos e pequenos comerciantes, além de 4% dos agricultores), pode-se ver uma manifestação da preocupação – que aumenta com o nível de instrução – para *ter uma opinião*, como se diz, ao recorrer ao instrumento mais específico e mais legítimo, ou seja, o jornal chamado de opinião, que pode ser escolhido em função de sua opinião por oposição à televisão ou ao rádio, isto é, “meios de comunicação de massa” que oferecem produtos “para todos” (SOFRES, *Télévision et politique*, mai 1976). E somos tentados a reconhecer uma

Creio que a política é uma luta. E, por isso, temos de ser muitos. É necessário contar com a massa.

(Faxineira, comunista)

Quando eles fazem greve para valer é porque têm uma verdadeira necessidade disso. Se as pessoas fazem greve não é por passatempo.

(Faxineira)

oposição da mesma estrutura no fato de que, para serem bem-sucedidos em suas reivindicações, os quadros superiores fazem apelo, com uma freqüência particular, à *diligência* junto a um serviço público, ao passo que os operários e empregados contam com a *greve* com maior freqüência que todas as outras categorias, enquanto os artesãos, pequenos comerciantes e quadros médios evocam, sobretudo, a *passata*, mobilização repentina que não preexiste, nem sobrevive, à sua realização.

Mas, basta lembrar, mesmo sumariamente, as condições sociais da constituição da reivindicação da "opinião pessoal" e da realização dessa ambição para fazer ver que, contra a fé ingênua na igualdade formal diante da política, a visão popular é realista ao descortinar como única escolha, para os mais desprovidos, a demissão pura e simples, reconhecimento resignado da incompetência estatutária, ou a delegação total, entrega de si sem reservas designada, magnificamente, pela noção teológica de *fides implicita*, confiança tácita, entrega de si silenciosa, que escolhe sua palavra ao escolher seus porta-vozes.

Os modos de produção da opinião

De fato, nem todas as respostas exprimem opiniões; além disso, a possibilidade de que as respostas de determinado grupo sejam apenas não-respostas dissimuladas, concessões de complacência à problemática imposta ou discursos éticos ingenuamente recebidos como "opiniões pessoais" varia, sem dúvida, como as possibilidades de não-resposta que as caracterizam. A propensão e a aptidão para incluir os interesses e as experiências na ordem do discurso político, para procurar a coerência das opiniões e integrar o conjunto das tomadas de posição em torno de princípios explícitos e explicitamente políticos, dependem, de fato, muito estreitamente do capital escolar e, secundariamente, da estrutura do capital global, que aumenta como o peso relativo do capital cultural em relação ao capital econômico.²⁹

Não basta reconhecer as desigualdades de competência estatutária que constroem a lembrar as condições sociais de possibilidade do julgamento político; dissimula-se completamente o problema político mais fundamental, ou seja, a questão dos *modos de produção* da resposta a uma questão política ao aceitar o postulado intelectualista que toda resposta a uma questão política é o produto de um ato de julgamento e de um ato de julgamento propriamente político.³⁰ De fato, a resposta a uma pergunta que a aplicação da definição dominante da política leva a classificar como

política – por exemplo, a questão sobre as passeatas estudantis ou sobre o aborto – pode ser produzida segundo três modos de produção bastante diferentes. O princípio de produção da resposta pode ser o *ethos de classe*, fórmula geradora não constituída como tal que permite engendrar, sobre todos os problemas da existência corrente, respostas objetivamente coerentes entre si e compatíveis com os postulados práticos de uma relação prática com o mundo; ele pode ser, também, um “partido” político sistemático – no sentido em que se fala de um expediente artístico – ou seja, um sistema de princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis do controle lógico e da apreensão reflexiva, em suma, uma espécie de axiomática política – na linguagem corrente, uma “linha” ou um “programa” – que permite engendrar ou prever, de forma exclusiva, a infinidade dos julgamentos e atos políticos inscritos no algoritmo; por último, ele pode ser o produto de uma *escolha em dois graus*, ou seja, da identificação, operada segundo o modo do saber, das respostas em conformidade com a “linha” definida por um partido político, no sentido, desta vez, de organização que fornece uma “linha” política sobre um conjunto de problemas que ele contribui para constituir como políticos. Assim, como veremos, a adesão implicada nesta *delegação* tácita ou explícita pode ter, por sua vez, como princípio, o reconhecimento prático operado pelo *ethos* ou a escolha explícita em função de um “partido”.³¹

Tudo opõe a *coerência intencional* das práticas e discursos engendrados a partir de um princípio explícito e explicitamente “político” e a *sistematicidade objetiva* das práticas produzidas a partir de um princípio implícito, portanto, aquém do discurso “político”, ou seja, a partir de esquemas de pensamento e de ação objetivamente sistemáticos, adquiridos por simples familiarização, fora de qualquer inculcação explícita, e acionados segundo o modo pré-reflexivo. Sem estarem vinculadas mecanicamente à situação de classe, essas duas formas de *disposição política* estão estreitamente associadas a ela por intermédio, principalmente, das condições materiais de existência – cujas urgências vitais se impõem com um rigor desigual, portanto, abonado desigualmente para “neutralizar” do ponto de vista simbólico – e da formação escolar capaz de proporcionar os instrumentos do controle simbólico da prática, ou seja, da verbalização e conceitualização da *experiência política*. A inclinação populista a atribuir às classes populares uma “política” (como alhures uma “estética”) espontaneamente e como que naturalmente dotada das propriedades incluídas na definição dominante da política ignora que o controle prático que se exprime nas escolhas cotidianas – suscetíveis ou não de serem constituídas como políticas por referência à definição dominante da política – encontra seu fundamento não nos princípios explícitos de uma consciência continuamente vigilante e universalmente competente, mas nos esquemas de pensamento e de ação implícitos do *habitus* de classe. Ou seja, se tivéssemos de nos limitar às fórmulas simplificadoras ou simplistas da discussão política, antes no inconsciente do que na consciência de classe.

Dei-me conta da política por ter sofrido quando ainda era menina, você entende?
(Servidora municipal, comunista)

Assim, ao confrontá-los com uma questão sobre a moral doméstica, ou seja, a educação sexual, que tende a se constituir como questão política através da institucionalização escolar, todas as categorias, com exceção dos quadros superiores, produzem respostas que, sendo orientadas pelo *ethos* de classe, são praticamente independentes das opiniões políticas declaradas: os agricultores são, por exemplo, os mais numerosos a julgar que não se deve falar de sexualidade às crianças ou que a educação sexual só deve ser dada depois dos 15 anos, ao passo que os empregados e quadros médios – impelidos pela boa vontade cultural a reconhecer, neste domínio como alhures, a norma dominante (evocada através da própria pergunta) – são mais numerosos a afirmar que tal educação deve ser dada antes dos 11 anos; em compensação, para as duas categorias, as variações segundo o pertencimento político permanecem pouco marcantes. Ao contrário, tudo parece indicar que as respostas dos quadros superiores e membros das profissões liberais exprimem, inseparavelmente, um *ethos* de classe que leva a certo laxismo pedagógico e a princípios explicitamente políticos: 80% daqueles que afirmam ser preferencialmente de esquerda pensam que se deve dar uma educação sexual antes dos 11 anos contra 50% daqueles que se dizem próximos do centro e 33% daqueles que afirmam ser de direita. Assim, vê-se que, de acordo com o que ficou demonstrado para a disposição estética “pura”, que leva a transformar cada escolha estética na manifestação de um “partido” estético, a propensão para operar as escolhas cotidianas a partir de princípios propriamente políticos, ou seja, na lógica do “partido” político e não da intuição ética, é, em si mesma, a dimensão de um *ethos* que se exprime também na relação com a linguagem, com o corpo, com os outros e com o mundo em geral.

De fato, os últimos dois modos de produção das opiniões distinguem-se do primeiro no sentido em que os princípios propriamente políticos de produção do julgamento político são levados ao nível explícito e constituídos como tais, pela instituição que superintende a produção e a gestão de tais princípios ou pelo agente político isolado que, proprietário de seus próprios instrumentos de produção das questões e respostas políticas, pode fornecer respostas sistemáticas e sistematicamente políticas a problemas aparentemente tão diferentes quanto a luta dos trabalhadores de Lip, a educação sexual ou a poluição. Nestes dois casos, a relação deixa de ser estabelecida diretamente, por intermédio unicamente do inconsciente de classe, entre a classe social e a opinião política: para compreender adequadamente as opiniões políticas e para encontrar sua completa justificativa, convém fazer intervir uma instância propriamente política, ou a “linha” política ou o “programa” do partido político assim investido, *de facto*, do monopólio da produção dos princípios de produção das opiniões políticas, ou a axiomática política que permite produzir uma opinião propriamente política sobre todos os problemas, sejam eles constituídos ou não politicamente.³² Ocorre que, para os problemas que não são constituídos como “partido” ou constituídos pelo partido, os agentes são remetidos ao *ethos* (pelo qual se exprimem as condições sociais de produção particulares das quais este *ethos* é o produto). O mesmo ocorre com os agentes comuns, mas também com os produtores profissionais, intelectuais, sociólogos, jornalistas ou políticos: na produção do discurso (científico ou qualquer outro) sobre o mundo social, assim como na definição de uma linha de ação política sobre esse mundo, é o *ethos* de classe que fica encarregado de suprir as insuficiências da axiomática

e do método (ou o controle insuficiente desses instrumentos de pensamento e de ação). O “obreirismo” dos partidos revolucionários encontra, sem dúvida, sua raiz nessa intuição da dualidade dos princípios de produção de opiniões e ações políticas, e em certo ceticismo, bem fundamentado, concernente à possibilidade de responder a todas as questões e a todos os desafios *práticos* da existência comum a partir unicamente dos princípios da axiomática política. De qualquer modo, a maior oposição se estabelece entre a sistematicidade consciente e quase forçada do “partido” político e a sistematicidade “em si” das práticas e dos julgamentos engendrados a partir dos princípios inconscientes do *ethos*; ou, ainda, entre a consciência mínima e, ao mesmo tempo, fundamental que é necessária para delegar a um partido a produção dos princípios de produção das opiniões políticas e a consciência sistemática que permite constituir toda situação como política e fornecer-lhe uma solução política engendrada a partir de princípios propriamente políticos. Se a consciência política sem as disposições é irreal e incerta, as disposições sem a consciência são opacas a si mesmas e, por conseguinte, vulneráveis ao desvio operado em favor dos falsos reconhecimentos.³³

Com maior frequência que todos os outros, os membros das profissões intelectuais (professores, pesquisadores, artistas) afirmam ser “partidários de ações revolucionárias”, hostis ao “autoritarismo” e em favor da “solidariedade de classe internacional”; além disso, pensam que “a crise de Maio de 1968 foi proveitosa para o interesse geral da população” e declaram, em proporção semelhante à dos operários, que “os piquetes de greve são justificados”, que “o *Front populaire* foi uma boa experiência”, que preferem o “socialismo” ao “liberalismo”, que “as coisas iriam melhor se o Estado fosse proprietário de todas as indústrias importantes”. No entanto, suas respostas denunciam, às vezes, um *ethos* discordante em relação a seu discurso: com maior frequência que os operários, eles afirmam que sua “confiança nos sindicatos” diminuiu depois de Maio de 68 ou que a característica mais importante de um indivíduo é sua personalidade (os operários citam, mais frequentemente, a classe) ou, ainda, que “o progresso econômico beneficiou a maioria” (os operários pensam de preferência que ele beneficiou apenas uma minoria) (Esta análise apóia-se nos resultados – cuja apresentação se deve a Mattéi Dogan na mesa redonda organizada pela *Association française de sciences politiques* sobre “Os operários e a política na Europa Ocidental” – de uma pesquisa empreendida, após 1968, junto a uma amostra de 3.288 homens, dos quais 176 representantes das profissões intelectuais). Poderia ocorrer que a tendência para a super-coerência política, mediante a qual os intelectuais são levados a aplicar, a todos os problemas, a disposição propícia a constituí-los como políticos e a procurar a coerência perfeita de todas as tomadas de posição em todas as dimensões da vida, lhes seja imposta pela discordância fundamental que, sobretudo, para os originários das frações dominadas da classe dominante, se estabelece neles, diferentemente do que se observa entre os membros das frações dominantes, entre o *ethos* e o discurso.

As disposições que se encontram na origem da produção das opiniões se exibem ou se denunciam, principalmente, pela *maneira* de exprimir as opiniões, ou seja, precisamente, em todas as ninharias que se perdem, mais ou menos inevitavelmente, no registro habitual das respostas (quase sempre simplificado ao máximo para facilitar a

rapidez e a padronização das operações de pesquisa). Segue-se daí que se é levado a classificar, na mesma classe, determinadas respostas que, apesar de serem idênticas se forem consideradas em seu valor facial, podem exprimir disposições bastante diferentes, preditivas de ações, em si mesmas, bastante diferentes, até mesmo opostas. A intuição comum que, através de imponderáveis da postura e de certas maneiras, de determinados matizes da argumentação e da *hexis*, identifica as diferentes maneiras de ser “de direita” e “de esquerda”, “revolucionário” ou “conservador”, princípio de todos os duplos entendimentos e de todos os duplos jogos, lembra que o mesmo *habitus* pode conduzir a esposar opiniões fenomenalmente diferentes, ao passo que *habitus* diferentes podem se exprimir por meio de opiniões superficialmente (ou seja, eleitoralmente) semelhantes e, no entanto, separadas por sua modalidade. Assim, quando Lipset chegou à conclusão da ausência, em uma população de estudantes, de qualquer relação entre profissão dos pais e posição política dos filhos, imputando todas as diferenças constatadas a fatores tais como o tipo de universidade e de disciplina, não é somente porque ele esquece que, de acordo com o que foi demonstrado alhures, as diferenças de posição universitária em determinado momento são a retradução escolar de diferenças de origem social, inclusive no nível das aspirações, já que a orientação para uma disciplina exprime as ambições que são acessíveis aos indivíduos de certa origem social para determinado nível de sucesso escolar; mas, sem dúvida, também e sobretudo porque, não tendo à disposição, por falta de um questionário adequado, os indicadores da modalidade da prática e dos julgamentos políticos, ele foi obrigado a identificar tomadas de posição que – mesmo que fossem idênticas em seu conteúdo político – podem exprimir disposições opostas e, de acordo com o testemunho da evolução ulterior, com suas reviravoltas, são piores preditores das práticas, a curto prazo e, sobretudo, a longo prazo, que dos detalhes aparentemente insignificantes da atitude ou da dicção em que se exprime a modalidade dos “compromissos”; sem mesmo falar dos silêncios que, conforme se diz, são *eloqüentes* e podem exprimir aprovação, questionamento, consentimento, hostilidade, desdém, resignação, etc.³⁴

É a oposição entre o primeiro e o segundo princípio, ou seja, entre a produção na primeira pessoa e a produção por procuração, invocada sempre pelos defensores da ordem estabelecida quando – por exemplo, em caso de greve – eles opõem a lógica “democrática” do voto ou da sondagem à lógica “centralista” da expressão pelo sindicato, para tentar assim cortar a relação orgânica de delegação e reduzir o indivíduo a suas próprias forças, remetendo-o à cabina indevassável, ao isolamento. E a sondagem de opinião nada faz além de instaurar um modo de produção das opiniões propício a obrigar os mais desprovidos a produzir opiniões opostas às que lhes emprestam – no duplo sentido – seus porta-vozes titulares, questionando assim a validade do contrato de delegação.³⁵ A oposição entre esses dois modos de produção da opinião é, ainda, levada em consideração quando, por referência a clientelas políticas quase completamente vinculadas a um deles – por um lado, a clientela dos partidos de massa e, por outro, a dos pequenos partidos ou grupos de “vanguarda”, cujos militantes, praticamente em sua totalidade, estão em condições de viver a política segundo o modo do “partido” –, se estabelece a oposição de duas concepções a respeito das relações entre o partido e as massas: aquela que, na maior parte das vezes,

A análise das sondagens de opinião permite trazer algumas indicações sobre o segundo ponto. É assim que, por exemplo, o princípio orientador da produção de opiniões pelos eleitores do Partido Comunista varia de acordo com o terreno, ou seja, segundo o fato de que eles sabem, prática ou teoricamente, por experiência ou por aprendizagem política – como é o caso em relação a tudo o que diz respeito às lutas no campo das relações de produção –, “o que se deve pensar” ou de que, ao contrário, estão submetidos às disposições de seu *ethos* e, deste modo, empenham-se em aparecer como os guardiões de um estado superado da moral burguesa. Assim, trata-se de uma brincadeira infantil fazer aparecer, entre os militantes ou, até mesmo, entre os líderes, as contradições ou as dissonâncias entre as respostas produzidas segundo os dois princípios e, em especial, entre as disposições revolucionárias manifestadas na ordem política e as disposições conservadoras que eles denunciam na ordem “ética”, que podem encontrar-se na origem, em determinadas situações, de práticas políticas realmente conservadoras. Pelo contrário, os eleitores do PSU – recrutados, em grande parte, nas profissões “intelectuais” – manifestam, pelo elevado grau de coerência de suas respostas, sua aptidão para constituir tudo do ponto de vista político (segundo uma disposição análoga à do esteta, capaz de constituir tudo do ponto de vista estético) e fornecer um sistema de respostas explicitamente coerentes, mais nitidamente integradas em torno de princípios políticos explicitamente formuláveis que as dos eleitores do Partido Comunista. Eles distinguem-se de todos os outros pelo grau em que se mostram capazes de afirmar os princípios de produção propriamente políticos, inclusive nos terrenos em que os outros têm maior tendência a “regredir” para os princípios do *ethos*.

Todos os julgamentos políticos, incluindo aqueles que pretendem ser os mais clarividentes, comportam uma parcela inevitável de *fides implicita* que se deve à própria lógica da escolha política enquanto escolha de *porta-voz* e de *procuradores*, além da escolha de idéias, opiniões, projetos, programas e planos, *encarnados em “personalidades”*, que dependem, em sua realidade e credibilidade, da realidade e credibilidade dessas “personalidades”. A incerteza em relação ao próprio objeto do

Moral e política

Votei sempre no PC porque acho que é o partido mais limpo. Nunca se viu que comunistas tivessem provocado escândalos financeiros ou de qualquer outro tipo. Apesar disso, é possível encontrar quem, ao fim de alguns anos, tenha trocado de lado, tendo deixado o Partido por iniciativa própria ou por alguém lhe ter feito compreender que era melhor ir embora; no entanto, acho que se trata do Partido mais limpo e o único que defende a classe operária.

(Marceneiro)

A intuição da pessoa

- Que aspectos você leva em consideração na escolha de um deputado?

- Em primeiro lugar, o partido. Em seguida, não tanto a honestidade, mas a maneira de se bater por suas idéias. Pessoalmente, prefiro o moço que será um tiquinho brutal, mesmo correndo o risco de obter resultados talvez não tão bons quanto os daquele que é mais dócil. Por mim, prefiro o moço que não tem papas na língua. Como atualmente, por exemplo, suponhamos na direção do Partido: neste caso, prefiro Jacques Duclos a Georges Marchais. Porque acho que Jacques Duclos quando tem vontade de dizer algo, pode crer, ele não se faz rogado. Aliás, o mesmo ocorre com Georges Marchais, mas é um pouco mais anuancado, um pouco mais luva de veludo.

(Operário, comunista)

Os Radicais são, finalmente, eles haviam sido sobretudo anteriormente, agora não estou sabendo como são, embora Servan-Schreiber esteja tentando rejuvenescê-los; mas, afinal de contas, foram sempre um partido de trastes velhos com muitos maçons, creio eu, e nem sempre com opiniões bem firmes. Está longe de ser, acho eu, um partido muito, muito franco.

(Secretária)

A entrega de si

Deposito confiança neles, tive sempre confiança; eles fizeram sempre o que haviam prometido, eis porque votei sempre neles.

(Funcionária municipal, comunista)

Em geral, faço tudo com a melhor boa vontade, sobretudo, pelo Partido. É isso. Sempre fiz o que me disseram. Veja só, há certas coisas que me desagradam e eu digo: tal coisa não me agrada. Afinal de contas, de um modo geral, acho que não problema, acho muito bom o que eles fazem.

(Faxineira, comunista)

Obedeço, antes de mais nada, às instruções do meu Partido. Presto atenção e consigo votar segundo as diretrizes indicadas.

(Marceneiro, comunista)

As pessoas, em grande número, vão votar porque se deve votar. Quanto a mim, não: para mim, pessoalmente, esse não é o meu caso. Vou votar porque tenho a certeza daquilo que estou fazendo. Faço parte de um Partido e voto por minhas idéias.

(Datilógrafa, comunista)

Acho que, pessoalmente, tenho confiança e que, no Comitê Central, ao discutirem a candidatura de fulano ou sicrano, pode crer, eles têm argumentos que desconheço. Fulano ou Sicrano para mim seria muito bom, até mesmo, talvez, melhor, em minha opinião, que o candidato oficial, mas existem determinados detalhes que ignoro e que são conhecidos nas altas esferas. Portanto, ao fazerem a escolha de um candidato em detrimento de outro é porque existe uma razão válida.

(Serralheiro, comunista)

juízo, um homem ou determinadas idéias, está inscrita na própria lógica da política que, seja qual for o regime, faz com que a preocupação em formular problemas ou soluções na área da política e impô-los seja necessariamente confiada a homens de modo que esses procuradores podem ser escolhidos sempre ou por seu *programa* (objetivado), no sentido de catálogo de julgamentos já formulados e de medidas a tomar já anunciadas e tornadas públicas (na lógica do *juramento*), ou por sua “personalidade”, ou seja, seu *habitus* como *programa* (no sentido da informática) *incorporado*, como princípio gerador de um conjunto de julgamentos e ações (as “medidas políticas”) que não são formuladas, explicitamente, no momento da “escolha”, nem pelo candidato, nem pelo eleitor e que, portanto, devem ser *pressentidos* através dos indícios sutis das disposições que não se revelam a não ser através da *hexis* corporal, da dicção, da atitude e das maneiras. Toda “escolha” política leva em consideração, inseparavelmente, a personalidade do fiador e o que ele garante. O delegado é, ao mesmo tempo, aquele que exprime as opiniões já expressas de seus mandantes (como se diz, ele deve “responder” por um programa, espécie de contrato explícito de delegação) e aquele que, agindo mais de acordo com o programa incorporado que de acordo com o programa objetivado – ou segundo os interesses específicos associados à sua posição no campo da produção ideológica –, exprime as opiniões ainda não formuladas, implícitas e potenciais, fazendo-as, por conseguinte, existir; ele pode, inclusive, servir-se do monopólio da palavra, que lhe confere seu estatuto de porta-voz reconhecido, para prestar a seus mandantes – por uma *usurpação inverificável* – expectativas, intenções e exigências em que estes não se reconhecem (e, segundo os casos, podem corresponder às de uma vanguarda ou retaguarda do grupo em seu conjunto). Em suma, o fato de que o delegado seja o fiador do programa não só como *opus operatum*, enquanto conjunto de proposições já formuladas, mas também como *modus operandi*, enquanto conjunto de princípios geradores de proposições ainda não constituídas (“a linha”), é, sem dúvida, o que faz com que, para retomar uma fórmula de Durkheim, nem tudo seja contratual no contrato de delegação política.

Obrigados a produzir às claras, sob a forma de um programa objetivado, suas intenções heréticas, em ruptura com a doxa, adesão comum à ordem comum que, por ser evidente, é escusado dizer, os partidários de uma mudança encontram-se, por conseguinte, mais expostos à contradição entre o programa enunciado pelo porta-voz e o programa implícito denunciado por seu *habitus*; e isso ocorre tanto mais que, em razão das condições ocultas do acesso à competência política – e, em particular, à instrução –, os detentores do monopólio da produção ou, até mesmo, da reprodução do programa explícito são o produto de condições sociais de produção (perceptíveis nos sinais visíveis de seu *habitus*) que têm todas as possibilidades de ser diferentes daquelas em que são produzidos seus mandantes. Ao contrário, aqueles que têm apenas a intenção de reconduzir a ordem estabelecida podem poupar-se desse trabalho de explicitação e contentar-se em apresentar – sob a forma de sua pessoa, distinção, elegância, cultura e, também, de suas *propriedades* (títulos de nobreza, diplomas escolares, etc.) – as garantias de um programa incorporado de conservação; eles têm, espontânea e naturalmente, a *hexis* corporal, a dicção, a pronúncia de suas afirmações e o acordo é imediato, perfeito, natural, entre a palavra e a personalidade de quem a pronuncia.

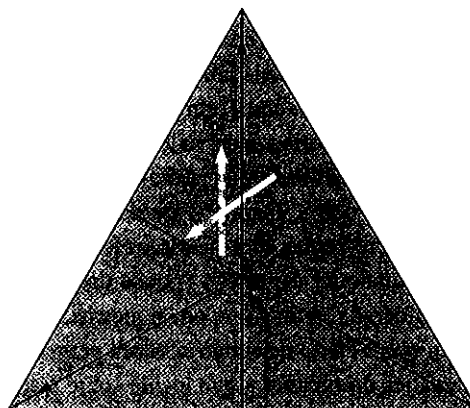
Essa ambigüidade essencial da escolha política é apenas uma das razões que faz com que todos os agentes, mesmo que sejam virtuosos da consciência política, recorram forçosamente, na prática – e tal ocorrência será tanto maior, quanto *menos constituída do ponto de vista político for a situação à qual eles devem responder* –, a modos de produção diferentes. Os dois modos de produção propriamente políticos, a procuração ou a produção autônoma, serão tanto mais freqüentes, em igualdade de circunstâncias, quanto mais claramente o problema formulado for reconhecido como político. Eles serão também tanto mais freqüentes, a propósito dos problemas politicamente constituídos, quanto mais elevada for a consciência política: ou dito em outras palavras, eles dependem do conjunto dos fatores – sexo, nível de instrução, classe social, etc. – que orientam a propensão para responder às questões mais especificamente políticas (por oposição à propensão para se abster).

De acordo com nossa pesquisa, a parcela daqueles que *reconhecem* a totalidade ou quase todos os problemas propostos como políticos, bastante fraca entre os não-diplomados, cresce regularmente com o nível de instrução para atingir os dois terços entre os *bacheliers* e *licenciés*. (Sem dúvida, porque se tratava de “problemas”, as diferenças segundo o nível de instrução são, aqui, mais fortes que em relação à aptidão para identificar diferentes ações como políticas). Como era previsível, as distâncias que separam os diferentes agentes segundo o capital escolar serão tanto mais elevadas quanto *mais curto for relativamente o tempo* em que tais “problemas”, como a libertação da mulher, a proteção da natureza, a educação sexual, tiverem sido abordados nos debates políticos, ou quanto mais sua formulação estiver fora do campo de produção ideológica, tais como a supressão do latim no ensino secundário. Mas, é possível observar também variações não desprezíveis da capacidade de identificar determinados problemas – desemprego, participação na empresa, aumento dos salários nas empresas, o preço da carne – como políticos.

Isso significa que a relação entre a classe social e as opiniões políticas varia segundo a classe social, ou seja, segundo o modo de produção da opinião mais freqüente nessa classe: a probabilidade de produzir uma resposta propriamente política para uma pergunta constituída politicamente cresce à medida que se sobe na hierarquia social (e na hierarquia das rendas e dos diplomas escolares). Assim, a propósito de um problema tipicamente político – por exemplo, as relações internacionais – em que a opinião só poderá ser política, a correlação é bastante elevada com a classe social (e também, evidentemente, com o sexo e a instrução) no que diz respeito à capacidade de acesso à “opinião”, marcada pela taxa de não-respostas (ou seja, 37,7% dos agricultores; 38,6% dos operários; 30,9% dos pequenos comerciantes; 25,0% dos empregados e quadros médios; 16,1% dos quadros superiores e membros das profissões liberais); a correlação é bastante estreita com o pertencimento político declarado quando se trata da orientação propriamente política das opiniões afirmadas (ou seja, para as opiniões favoráveis à política externa do Governo: 48,7% do

Está satisfeito(a) ou descontente com a ação
do Governo na política externa?

Fonte: IFOP, 1966



Partido Comunista; 47,7% dos Socialistas; 41,2% do Partido Radical; 52,3% dos Centristas; 56,8% dos Republicanos Independentes; e 76,3% da URD - IFOP, 1966). Eis o que aparece de forma bastante nítida no diagrama em que, como é o caso na maior parte das questões de política externa, as diferentes classes e frações de classes se distribuem segundo o eixo das não-respostas, ao passo que, em relação aos diferentes partidos, as preferências se distribuem segundo o eixo dos graus de satisfação. Vê-se que, de maneira geral, o fato, por um lado, de ignorar as não-respostas, de acordo com o que se faz comumente na análise das sondagens ou das eleições, e, por outro, de calcular as freqüências em relação à população exclusivamente de respondentes, segundo uma lógica propriamente eleitoral, tem o efeito de anular – ou enfraquecer – a relação com a classe social: os “sobreviventes” de cada categoria – e, em relação ao aspecto que está em questão, ou seja, o grau de politização – serão, de fato, tanto mais diferentes do conjunto da categoria, quanto mais importante for a parcela da categoria eliminada.

Além disso, a defasagem entre a capacidade de produzir uma resposta mínima, aprovação ou rejeição, e a capacidade de produzir a questão correspondente ou, no mínimo, de retomar, na questão formulada, a significação propriamente política para aqueles que a produzem e a formulam – ou seja, no campo da produção das problemáticas propriamente políticas – encontra-se na origem de um *efeito de imposição de problemática* que se traduz por um *desvio do sentido da resposta* proposta: de fato, os entrevistados são desapossados do sentido de sua resposta, sempre que eles escolhem uma das respostas propostas para determinada pergunta – aliás, eles não possuem realmente os meios para formulá-la – e, assim, autorizam a tratar, como se fosse sua opinião própria, uma opinião que, mesmo se por acaso viesse a exprimi-los, lhes é totalmente *estranha*; ou sempre que, em vez de responderem à pergunta formulada, dão resposta àquela que eles próprios tiveram de produzir para tentarem apropriar-se da questão inicial (de fato, o trabalho de reapropriação,

que se manifesta quase sempre por uma retradução em outra linguagem, "racionalização das escolhas orçamentárias" tornando-se "evitar o desperdício", é ignorado, quase sempre, pelos cientistas políticos, tanto no nível da observação, quanto no momento de codificação).

Para fazer ver o efeito de imposição – e o efeito de alodoxia daí resultante –, bastará um exemplo: uma pergunta sobre a influência exercida pelos "negócios" na política em que é possível ver, de passagem, dois *procedimentos retóricos* bastante freqüentes, a saber, a imposição de pressupostos – aqui, "em todos os países", ou seja, cláusula anódina pela qual se insinua toda a filosofia conservadora da história, a do sempre e por toda parte assim – e o efeito de falsa simetria que permite fazer existir uma resposta altamente improvável, quase absurda, sob a aparência de dar oportunidades iguais a todas as respostas, ao que conviria acrescentar, sem dúvida, o efeito de neutralização e eufemização, propício a desestimular qualquer expressão "pouco decente" de indignação ou revolta (afinal, a pergunta considerada limitava-se, em si mesma, a "fazer passar", como se diz, ao eufemizá-la por um outro efeito de simetria, outra pergunta que faz parte realmente, desta vez, da problemática dominante e que incide sobre a ação dos sindicatos: "E, em sua opinião, a influência dos sindicatos é grande demais, razoável, não suficientemente grande?").

Vê-se que a parcela daqueles que julgam grande demais a influência dos "negócios" cresce à medida que se sobe na hierarquia social – e, tudo permite supor, apesar de não dispormos de dados, na hierarquia dos níveis de instrução –, ou seja, em razão *inversa*, exatamente, da parcela daqueles que se absterem de responder. E vê-se assim 34% dos operários somente "julgar" importante demais a influência dos "negócios", ao passo que 52% se refugiam na abstenção ou na posição neutra, uma parcela não desprezível (14%) indo ao ponto de "julgar" tal influência fraca demais. A retradução, muitas vezes, geradora de contra-senso ou de mal-entendidos, que os entrevistados mais desprovidos devem operar para se apropriarem, por pouco que seja, de uma pergunta longa e complexa, incidindo sobre um problema "politológico", vê-se em tal outro caso em que, para os entrevistados mais desprovidos, sobra apenas a escolha da abstenção ou de uma resposta em função da imagem que têm de Mitterrand.³⁸

Segundo parece, fica comprovado que, *na situação de pesquisa*, os agentes menos competentes estão quase completamente à mercê dos efeitos de imposição que, em última instância, resultam em sua totalidade do fato de que eles devem escolher entre respostas que adquirem sentido apenas por referência a uma *problemática política*. Ora, essa problemática não é outra coisa senão o campo de produção ideológica enquanto tal, ou seja, o universo das relações objetivas, automaticamente retraduzidas em *tomadas de posição* definidas em seu conteúdo pelo lugar de onde provêm, entre as posições ocupadas e defendidas nesse campo pelos agentes e pelas instituições em concorrência para o monopólio da produção e da imposição da representação legítima do mundo social e da ação legítima sobre esse mundo. O único meio para se apropriar completamente dessa problemática é o de participar realmente *em sua produção*, ocupar uma posição que conte, ou seja, com a qual os outros devam contar ou, melhor ainda, uma posição que, pelo simples fato de sua existência, modifique as outras posições, obrigando seus ocupantes a

Tabela 30 – O efeito de imposição

“Em todos os países, os negócios exercem certa influência sobre a vida política. Em sua opinião, essa influência será, na França, grande demais, razoável, não suficientemente grande?”

	grande demais	razoável	não suficientemente grande	sem opinião
agricultores	28	13	3	56
operários, pessoal de serviço	34	19	14	33
pequenos comerciantes, artesãos	39	23	7	31
quadros médios, empregados	44	25	11	20
quadros superiores, membros de prof. liberais, industriais, grandes comerciantes	55	21	8	16

Fonte: SOFRES, *La politique et l'argent*, nov. 1971.

Tabela 31

“O Sr. Mitterrand* preconiza uma nova forma de socialismo, o ‘socialismo do possível’: isto é, reformas que dariam conta da situação da França no Mercado Comum e da concorrência internacional. Você pensa que essa nova forma de socialismo é aplicável?”

	sim	não	sem opinião
homem	37	35	28
mulher	24	24	52
agricultores	16	33	51
operários	32	30	38
artesãos, pequenos comerciantes	26	31	43
empregados, quadros médios	37	31	32
membros das prof. liberais, quadros superiores	40	32	28
Partido Comunista	45	34	21
Esquerda não-Comunista	48	22	30
UDR	19	37	44
Centro Democrata (Lecanuet)	29	35	36
Centro PDM (Duhamel)	31	28	41
Republicanos Independentes	20	42	38
Nulos e abstenções	18	19	63

Fonte: SOFRES, *Le socialisme du possible*, junho de 1971.

* Trata-se de François Mitterrand (1916-1996), Secretário Geral do Partido Socialista Francês (1971); após vários fracassos, foi eleito presidente da República, em 1981, e reeleito em 1988. (N.T.)

repensar suas tomadas de posição (basta pensar nos efeitos estruturais determinados pela aparição do esquerdismo como idéia-força no campo de produção ideológica). Os “problemas” políticos – à semelhança do que ocorre com todos os problemas filosóficos, religiosos, etc. – existem sempre na e pela relação entre dois ou vários grupos antagonistas. O mesmo é dizer que, por ser incapaz de participar ativamente no jogo propriamente político que é, *de facto*, reservado aos *profissionais em tempo integral* (políticos, militantes a serviço dos aparelhos – neste caso, palavra adequada – de partidos, jornalistas da área política, ideólogos profissionais), os *profanos* só teriam possibilidade de reconhecer, no universo das opiniões pré-fabricadas, as que lhes convêm, lhes “ficam bem”, se os produtos oferecidos trouxessem sempre a *marca de fábrica*, o rótulo que é uma referência e, ao mesmo tempo, uma garantia. Ao anunciar claramente a posição no campo de produção ideológica que, de fato, se exprime em toda tomada de posição autorizada, o rótulo que é a *referência política* a uma autoridade – encíclica do papa, decisão do comitê central de um partido, autor canônico, etc. – permite ao profano de “se reconhecer aí”, de reencontrar a *posição a tomar*, seja com base na delegação que, explícita ou tacitamente, ele atribui aos ocupantes de determinada posição no campo da produção ideológica, seja graças a seu controle prático das homologias entre o campo político – ou seja, o campo das lutas de classe comuns ou extraordinárias, disfarçadas ou abertas, individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, etc. – no qual ele sabe praticamente se situar e se orientar, e o campo da produção ideológica que reproduz tal estrutura segundo sua lógica própria.³⁹

O efeito de desvio se exerce de maneira praticamente inevitável sempre que a questão faz apelo a duas leituras diferentes e só pode suscitar a resposta dos profanos com a condição de ser reduzida do plano propriamente político – em que a situam os profissionais que a produzem, além de procederem à análise e comentarem os resultados – ao plano da experiência comum, à qual se aplicam diretamente os esquemas inconscientes do *ethos*. É o caso, evidentemente, quando esta ou aquela questão, já constituída politicamente por este ou aquele grupo político, portanto, para o conjunto do campo da produção ideológica, não o é para aqueles que, afastados da lógica da produção da problemática por sua incompetência estatutária, não podem apreendê-la a não ser como uma questão da experiência “prática” que faz apelo a uma resposta prática, ou seja, ética. É assim que os mais desprovidos de competência política específica têm todas as possibilidades de se situar no campo dos defensores da ordem moral e da ordem social e, até mesmo, de se mostrar mais conservadores, neste domínio, que os conservadores conscientes da ordem

O efeito de rótulo

É sobretudo no momento das eleições, aí, quando eles aparecem na televisão, aí, tudo bem, a gente pode informar-se, e depois, realmente, conhecer o partido e tudo. Caso contrário, entre duas... Ou seja, há alguns que, mesmo assim, sabem se exprimir, tudo isso, a gente consegue mesmo assim. Mas, mesmo assim, quando antes ele explica seu partido e tudo isso, então, a gente presta mais atenção.

(Faxineira)

social, sempre que são levados a apreender, segundo as categorias do *ethos* de classe, determinados problemas já constituídos politicamente no nível do campo da produção ideológica. De fato, sabe-se que, durante todo o tempo em que se permanece na ordem da moral doméstica, a propensão para o liberalismo ou para o laxismo tende a aumentar à medida que se sobe na hierarquia social (o que parece autorizar as teses bem conhecidas sobre o “autoritarismo” das classes populares); e isso ocorre, sem dúvida, por intermédio da elevação do nível de instrução. No entanto, esta relação tende a inverter-se a partir do momento em que a ordem social, e não unicamente a ordem moral, está em questão.

Lipset fundamenta sua sociodicéia da democracia norte-americana em uma constatação semelhante: “mais à esquerda” (*liberal and leftist*) em matéria de economia, os membros das classes populares mostram-se mais “autoritários” “quando o liberalismo é definido em termos não econômicos” – ou seja, quando estão em questão as liberdades cívicas, etc. – e, incapazes de ter acesso ao “desinteresse” (interesseiro) que define uma verdadeira cultura, tanto em política quanto alhures, ignoram o “liberalismo” que a nova burguesia, tão resolutamente não-repressiva, pelo menos, para si mesma e para seus filhos, coloca na origem de sua arte de viver.⁴⁰ Por terem o autoritarismo por natureza é que as classes populares podem aderir, com conhecimento de causa, a ideologias autoritárias; por serem levadas a uma visão simplista e maniqueísta da política por sua intolerância é que elas não esperam a mudança de sua condição a não ser por meio de transformações rápidas e brutais. O “milénarismo evolucionista” que é o coroamento natural dessa teologia política transforma a elevação do nível de vida e da educação das classes populares no motor de um movimento universal para a democracia norte-americana, ou seja, para a abolição do autoritarismo e das classes que são suas portadoras. Bastaria lembrar que, se os membros da classe dominante são, no conjunto, mais “inovadores” no domínio da moral doméstica, ao passo que são mais “conservadores” no domínio mais amplamente reconhecido como “político”, ou seja, para tudo o que tange a manutenção da ordem econômica e política, assim como as relações entre as classes – como é testemunhado por suas respostas às perguntas sobre a greve, o sindicalismo, etc. – é porque, com toda a evidência, sua propensão para assumir posições “inovadoras” ou “revolucionárias” varia em razão inversa ao grau em que as transformações consideradas atingem o princípio de seu privilégio. É assim que, para citarmos apenas um exemplo bastante particular, os quadros superiores podem parecer mais “liberais” em relação aos trabalhadores estrangeiros que os operários, mais diretamente atingidos pela concorrência: com maior frequência que eles, afirmam que “a França faz um esforço insuficiente para permitir que os trabalhadores estrangeiros tenham uma moradia” (67% contra 48%), “para fornecer-lhes uma formação” (52% contra 36%) ou “para acolhê-los com hospitalidade” (45% contra 33%). No entanto, seu “liberalismo” é menos marcante quando se leva em consideração determinadas medidas capazes de ter conseqüências para eles próprios: 41% dos quadros superiores e membros das profissões liberais julgam que “a França faz um esforço insuficiente para dar salários convenientes” aos trabalhadores estrangeiros contra 43% dos operários e 51% dos empregados e quadros médios; 48% julgam que “a França deveria diminuir ou suprimir sua ajuda aos países subdesenvolvidos” contra 31% dos operários e 35% dos empregados e quadros médios (SOFRES, *La France, l'Algérie et le Tiers-Monde*, févr. 1971).

Portanto, para conseguir desenvolver o comunismo e chegar ao socialismo, é necessário tomar o poder. E, neste momento, temos sido democráticos demais, também; temos feito concessões sobre um grande número de coisas, deixou de haver a violência que existia há alguns anos. Violência não significa quebrar tudo, mas a gente tem sido indiferente nas greves, hesitante na tomada de uma decisão. E digo-lhe, creio que isso acontece porque a classe operária não é suficientemente infeliz.

(Marceneiro, 67, comunista)

Ordem moral e ordem política

A dualidade dos princípios de produção do discurso denuncia-se, incessantemente, no próprio discurso dos militantes ou dos operários mais politizados, através das mudanças de tonalidade e de estilo que podem ser observadas de um domínio para outro e, até mesmo, através da tensão permanente, no âmago do mesmo discurso, entre os dois modos de expressão: por um lado, as fórmulas preparadas de antemão, pequenos blocos inseparáveis de pensamento e de fala pré-fabricados, que fornecem às afirmações sua cor de universalidade conceitual, assim como seu ar de lição aprendida, além da espécie de irrealidade tão característica das dissertações (um ferroviário pode falar de “camadas desfavorecidas”, do mesmo modo que um adolescente pode dissertar sobre “a juventude de hoje”), as palavras e expressões do mais erudito léxico político (“mandantes”, “reajuste dos salários”, etc.) utilizadas para marcar, às vezes, de forma despropositada (“isso vai contra o interesse da massa salarial”), que se é capaz de enfrentar um teste quase escolar e, ao mesmo tempo, defender um atributo estatutário do homem e um ponto de honra de classe, em suma, que o indivíduo não se deixa embair, “tem como se defender” e, portanto, “está pronto a encarar a conversa fiada de todos esses políticos”; por outro, separadas por bruscas rupturas de tonalidade, as referências mais concretas à experiência imediata em sua singularidade insuperável, que confere sua realidade, plenitude e autenticidade ao discurso, ao mesmo tempo que ela tende a impedir-lhe a universalização, condição da mobilização.⁴¹

Visíveis na linguagem falada, esses efeitos são ainda mais marcantes na linguagem escrita. É assim que, entre os operários – que responderam à pesquisa da AEERS e, bastante fortemente super-selecionados, distinguem-se de sua classe por um conjunto de diferenças (mais diplomados, os filhos freqüentam em maior grau os liceus, as instituições privadas ou o ensino superior; mais freqüentemente parisienses e leitores mais freqüentes de jornais parisienses) –, encontra-se tal mecânico que, na primeira pessoa do plural, discorre sobre “a missão da França diante do mundo”; tal adolescente que desabafa “Pobre França, ninguém liga para nada!”; tal monotipista que, em um discurso particularmente exemplar do esforço para reproduzir sofrivelmente a arrogância, ênfase e empolgação do discurso político oficial, expõe sua visão de um sistema de ensino capaz de garantir “o advento de um bem-estar geral”. No entanto, salvo tais tentativas de generalização que dão testemunho de certa familiaridade com o discurso sindical e político sobre o sistema de ensino, reduzido quase sempre a palavras-chave ou de ordem –

Uma linguagem afetada

Senhores,

A inovação, tal como a presente forma de contato, é benéfica para todos; conviria tentar desenvolver estes últimos, deve-se cultivar cada vez mais o espírito de equipe.

Agora, a teoria deve ceder maior espaço à tecnologia, os métodos audiovisuais deveriam ser incentivados ao máximo, as visitas a empresas são desejáveis, a politização com a condição de que ela se oriente para um englobamento suficientemente amplo para que a estabilidade venha a prevalecer de forma nítida.

A formação dos adultos e, sobretudo, o aperfeiçoamento torna-se indispensável, as formações de base deixaram de ser suficientes, o controle dos conhecimentos e o saber prático deveriam permitir uma progressão social.

Com exclusão de todas as tendências, o progresso deve ser cobijado, uma importante reconversão da maneira de orientar para as profissões deve ser realizada, a instrução e a inteligência são duas coisas diferentes, o dirigente ou o chefe íntegro pode ser encontrado ainda bem jovem, um espírito organizador é rapidamente descoberto (...).

(Monotipista, texto extraído de uma carta dirigida à AEERS, como resposta ao questionário publicado na imprensa)

“reformazinha”, “engodo”, “reabsorção do desemprego” (ajustador); “integração das forças vivas do país”, “negociação”, “gestão incontrolada”, “camadas desfavorecidas” (ferroviário) –, as respostas são extremamente particularizadas: tudo se passa como se os respondentes tirassem proveito dessa oportunidade para formular alguma queixa pessoal e sem relação imediata com as questões formuladas. Ocorre também que a resposta seja apenas uma forma de “dar a conhecer, na alta esfera, o que se passa” e, em particular, a falta de consciência dos professores: tal agricultor responde a todas as perguntas *exatamente* com a mesma frase, ou seja, “os professores não cumprem seu dever, só pensam em férias”; um outro volta continuamente, em seus comentários, ao desperdício das horas de trabalho. Ainda outra entrevistada (estenodatilógrafa, cujo marido é mecânico de automóvel) responde apenas a metade das perguntas e, a cada uma das restantes: “já não há consciência profissional, só se fala de lazer”.

Em parte, sem dúvida, por esbarrar continuamente nesses *efeitos de interferência* e na tendência para a auto-exclusão imposta pelo desapossamento e pelo sentimento de incapacidade, é que a ação de formação – pela qual as organizações políticas ou sindicais se esforçam por inculcar aos mais desprovidos, do ponto de vista político, a vontade de ter uma opinião e fornecer-lhes os meios de produzi-la – deve por si mesma oscilar incessantemente entre a formação das fórmulas gerais sobre o mundo econômico e social, por um lado, e, por outro, as referências diretas à experiência imediata – sem nunca poder proceder à análise impossível, tanto para o produtor quanto para o receptor, que haveria de estabelecer a verdadeira relação entre o caso particular e seus derradeiros fundamentos na economia

política.⁴² se a atenção à situação concreta é indispensável para sua credibilidade, a superação do caso particular que confina na particularidade, portanto, *isola*, nem por isso deixa de impor-se já que é a condição da mobilização coletiva em torno de *problemas comuns*. Essa dialética do geral e do particular encontra-se no âmago da política e, principalmente, do empreendimento de *politização*, com a necessidade para uns – estreitamente comprometidos com a ordem estabelecida – de universalizar seus interesses particulares e, para os outros, de apreender nessa universalidade a particularidade de sua condição. Ora, na prática política, cuja diversidade é restituída pelas sondagens, em decorrência dos diversos domínios da existência abordados por elas, passa-se insensivelmente das questões particulares e privadas – principalmente, todas aquelas que dizem respeito à moral doméstica (por exemplo, educação dos filhos, sexualidade, autoridade na família, divisão do trabalho entre os sexos, etc.) e podem já constituir pretexto de lutas políticas para determinadas vanguardas – a questões que, apesar de se referirem ainda à educação e à sexualidade, se situam em um nível mais geral e mais abstrato, já que comprometem a instituição escolar, assim como mais afastado da experiência prática, tais como as questões sobre os métodos pedagógicos, o recrutamento, formação ou remuneração dos professores, a introdução da educação sexual ou da política nos liceus, as passeatas estudantis, etc.; ou, por último, a questões constituídas como políticas pela tradição da luta sindical ou política, por exemplo, todas aquelas que incidem sobre as greves, as relações entre empresários e trabalhadores, o papel dos sindicatos, etc. O efeito de desvio exerce-se no grau máximo quanto, em situações políticas ambíguas, tais como todas as situações de crise que colocam em questão as referências e os esquemas de pensamento estabelecidos (no caso particular, logo depois de Maio de 1968), os mais desprovidos do ponto de vista político – em boa parte, também, os mais desprovidos do ponto de vista econômico e cultural – aplicam a problemas políticos para eles ainda mal definidos, por exemplo, aqueles suscitados pelas passeatas estudantis, os esquemas de percepção e apreciação (no caso particular, sua aversão ética pelos “filhinhos do papai” e pelas estroinices da vida boêmia) que levam a concluir por seu “autoritarismo”, fortalecendo assim os defensores comuns da ordem estabelecida.

Se determinadas questões sobre a desordem nos liceus e as passeatas nas faculdades ou sobre a política nos estabelecimentos escolares estão predispostas a funcionar como armadilhas, é porque, de fato, seu sentido é adquirido apenas em seu verdadeiro contexto, ou seja, a *problemática dominante* como conjunto de problemas engendrados a partir da questão primordial da manutenção da ordem estabelecida. Como mostra o inventário das questões formuladas pelos institutos de sondagem, essa problemática reúne as questões suscitadas por aqueles, e somente por esses, que devem levar em consideração a distribuição das opiniões a propósito de sua política na determinação dessa política. Por desconhecer os problemas levantados pelos dominantes a propósito dos grupos que lhes “suscitam problemas”, ela ignora os problemas desses grupos (ou que eles se formulam a si mesmos).

Por desconhecerem, propriamente falando, a pergunta a que estão respondendo, destituídos dos interesses e das disposições que lhes permitiriam *reativar* verdadeiramente a questão formulada, reconhecendo nela uma forma particular da questão da conservação ou subversão da ordem estabelecida, os mais desprovidos não respondem à pergunta que,

Tabela 32 – Ordem política e ordem moral

	Ordem política	agricultores artesãos, pequenos comerciantes	operários	empregados, quadros médios	quadros superiores, membros das prof. liberais
Ordem política					
as greves provocam mais prejuízo que benefício para os trabalhadores (SOFRES, 1970)	58	57	35	33	42
durante uma greve em uma empresa, aqueles que pretendem continuar o trabalho devem ter a possibilidade de fazê-lo (SOFRES, 1970)	74	62	41	61	82
os empresários e os trabalhadores têm os mesmos interesses, eles devem trabalhar juntos e chegar a um entendimento para o interesse de todos (SOFRES, 1970)	72	87	53	60	80
são favoráveis a certa limitação do direito de greve no setor público (SOFRES, 1970)	60	54	51	50	57
julgam desejável que, na França, o papel dos sindicatos de assalariados se torne menos importante que aquele desempenhado atualmente (IFOP, 1971)	16	26	7	14	20
desaprovam o papel desempenhado, na França, pelos sindicatos de assalariados (IFOP, 1969)	24	30	19	26	33
Ordem moral					
uma moça só pode sair sozinha depois de completar 18 anos (IFOP, 1959)	83	88,5	81,5	82	69,5
não se deve deixar as moças de 18 anos assistir aos filmes que desejarem (IFOP, 1971)	38,5	38,5	31,5	29,5	28
as escolas mistas são uma coisa ruim para a educação das moças (IFOP, 1971)	24	24	20	14,5	8,5
desaprovariam a criação, nas escolas, de cursos de educação sexual (IFOP, 1966)	33	29	19	19	19
a venda de pílulas a adolescentes não casadas só deveria ser possível mediante a autorização dos pais (IFOP, 1967)	74	70	78	76	62
parece preferível dizer às crianças o que elas têm de fazer e evitar mostrar-se fraco à frente delas (IFOP, 1972)	36	34	40	29	25

A SOFRES agrupa os industriais e grandes comerciantes com os quadros superiores e membros das profissões liberais, enquanto o IFOP agrupa-os com os artesãos e pequenos comerciantes. Aqui, são apresentadas as porcentagens de membros de cada categoria (por exemplo, agricultores) que aprovaram cada um dos julgamentos propostos (no conjunto das classes, as taxas de não-respostas são, de maneira geral, mais reduzidas para todas as questões relativas à ordem moral – com exceção das questões sobre a venda de pílulas a adolescentes e a introdução de cursos de educação sexual nas escolas – que para aquelas atinentes à ordem política). Em negrito, as mais elevadas tendências em cada linha.

de fato, lhes é formulada, mas a uma questão que produzem com seus próprios recursos, ou seja, a partir dos princípios práticos de seu *ethos* de classe. Quando as questões formuladas se situam na região intermédia entre a moral e a política, consegue-se ver melhor a contaminação da política pela moral e o desliz da indignação moral para o integrismo político, em especial, entre aqueles que, por sua posição no espaço social, como a pequena burguesia e, particularmente, os indivíduos ou as frações em declínio dessa classe, estão predispostos a uma percepção moral do mundo social. O ressentimento encontra-se, evidentemente, na origem das tomadas de posição reacionárias ou revolucionárias-conservadoras dos pequeno-burgueses em declínio que, preocupados em manter a ordem por toda parte, tanto na moral doméstica quanto na sociedade, investem na indignação moral contra a degradação dos costumes toda a sua revolta contra a degradação de sua posição social, além de obsediar, freqüentemente, o rigorismo jacobino e a revolta meritocrática dos pequeno-burgueses em ascensão, convencidos de terem o direito de pedir contas a uma ordem social que não recompensou suficientemente seus méritos: simples avesso da pretensão, disposição característica dos grupos condenados a ocupar subjetivamente uma posição que não lhes é

reconhecida objetivamente, ele tem a ver com todos aqueles que condenam a ordem estabelecida na exata medida em que esta, por um lado, não lhes atribui o reconhecimento que, por sua própria revolta, eles lhe atribuem, e, por outro, não sabe reconhecer neles os valores reconhecidos oficialmente por ela. Daí, segue-se que o conservadorismo iluminado, sempre pronto a aceitar ou, até mesmo, a empreender mudanças em todos os domínios que não atinjam os fundamentos da ordem social,⁴³ é beneficiado, de direita e de esquerda, pelos contrastes de que tem necessidade para se dotar das aparências de uma vanguarda.

Habitus de classe e opiniões políticas

Seria inútil, neste domínio como alhures, procurar o princípio explicativo das respostas em um fator ou em uma pura adição de fatores: de fato, na unidade originariamente sintética de um princípio gerador, o *habitus* integra o conjunto dos efeitos das determinações impostas pelas condições materiais de existência (cuja eficácia se encontra cada vez mais subordinada ao efeito da ação de formação e de informação previamente suportada à medida que se avança no tempo). Ele é a *classe incorporada* – incluindo propriedades biológicas socialmente modeladas, tais como o sexo ou a idade – e, em todos os casos de deslocamento intergeracional ou intrageracional, distingue-se (em seus efeitos) da *classe objetivada* em determinado momento (sob a forma de propriedades, diplomas, etc.), no sentido em que ele perpetua um estado diferente das condições materiais de existência, aquelas de que ele é o produto e, neste caso, diferem mais ou menos das condições de sua atualização. As determinações que, ao longo de toda a existência, se exercem sobre os agentes constituem um sistema no interior do qual um peso predominante cabe, por um lado, a fatores, tais como o capital possuído, definido em seu volume global e, também, em sua estrutura, e, por outro, à posição correlata nas relações de produção (identificada através da profissão, com todas as determinações que lhe estão associadas, tais como a influência das condições de trabalho, do meio profissional, etc.).

Isso significa que, como já vimos, a eficácia própria de um fator apreciado em estado isolado nunca se avalia verdadeiramente pela correlação entre esse fator e a opinião ou a prática considerada, de modo que o mesmo fator pode ser associado a efeitos diferentes, às vezes, opostos, segundo o sistema de fatores no qual se encontra inserido: assim, o título de *bachelier* pode ser princípio de revolta quando é possuído pelo filho de um quadro médio ou de operário com qualificação rebaixado para a posição de operário sem qualificação – o crescimento regular do número dos *bacheliers* entre os operários sem qualificação não é, sem dúvida, estranho ao desenvolvimento do esquerdismo no âmago da classe operária – ou princípio de integração quando pertence a um quadro médio, filho de operário ou camponês. Do mesmo modo, seria possível mostrar que o valor de um diploma escolar e a relação com o mundo social que lhe é correlata variam consideravelmente segundo a idade de seu titular (na medida em que as oportunidades de possuir esse diploma são bastante desiguais para as diferentes gerações), segundo sua origem social (na medida em que o capital social herdado, nome, relações familiares, etc., comandam o *rendimento real* que ele pode ter) e, sem dúvida, também, segundo sua origem geográfica (por intermédio de propriedades incorporadas, tais como o sotaque e, igualmente, de características do mercado de trabalho) e segundo o sexo.

Compreende-se que, por intermédio do *habitus*, que define a relação com a posição sincronicamente ocupada e, por conseguinte, as tomadas de posição práticas ou explícitas sobre o mundo social, a distribuição das opiniões políticas entre a direita e a esquerda corresponde intimamente à distribuição das classes e das frações de classe no espaço definido, em sua primeira dimensão, pelo volume do capital global e, na segunda, pela estrutura desse capital: a propensão para votar à direita cresce à medida que aumenta o volume global do capital possuído e, também, à medida que aumenta o peso relativo do capital econômico na estrutura do capital, ao passo que a propensão para votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso. A homologia entre as oposições que se estabelecem sob essas duas relações, a oposição fundamental entre os dominantes e os dominados, por um lado, e, por outro, a oposição secundária entre as frações dominantes e as frações dominadas da classe dominante, tende a facilitar os encontros e as alianças entre os ocupantes de posições homólogas em espaços diferentes: a mais visível dessas coincidências paradoxais estabelece-se entre as frações dominadas da classe dominante – intelectuais, artistas ou professores – e as classes dominadas que têm em comum o fato de exprimir sua relação (objetivamente bastante diferente) com os dominantes (comuns) em uma propensão particular para votar à esquerda.

Se, com base nas distribuições das intenções de voto segundo a categoria socioprofissional estabelecidas por Michelat e Simon,⁴⁴ caracteriza-se cada fração de classe pela diferença algébrica entre as porcentagens das intenções de voto para a esquerda e as intenções de voto para o centro ou os gaullistas – deixando de lado as não-respostas cuja variação é relativamente reduzida –, vê-se que tudo se passa como *se houvesse um acúmulo dos efeitos de volume com os efeitos de estrutura do capital*, de modo que o espaço político aparece como uma deformação sistemática do espaço social: assim, os professores primários (-43) se situam ao lado dos mineiros (-44), os professores (-21) à altura dos operários com qualificação (-19), os artistas (-15) à altura dos trabalhadores braçais (-15) e os empregados de escritório (-9) ao lado dos operários sem qualificação (-10), ao passo que os industriais (+61), seguidos pelos membros das profissões liberais (+47), os quadros superiores da administração (+34) e, bastante próximos, os comerciantes (+32), ocupam a outra extremidade do espaço político; por sua vez, os técnicos (+2) e os contramestres (+1) se situam na divisa entre a direita e a esquerda. Tudo parece indicar que uma oposição secundária se estabelece entre as facções que, em forte proporção, se orientam para as escolhas que determinam melhor a classe de suas respectivas regiões do espaço político: os industriais e membros das profissões liberais que contam com uma elevada proporção de votos para o Centro, por um lado, e, por outro, os trabalhadores braçais, operários com e sem qualificação que, em uma forte proporção, votam pelo PC, parecem, assim, opor-se às frações que acumulam uma elevada parcela de abstenções e escolhas que, relativamente, indicam menos a respectiva classe (Esquerda não comunista ou gaullista), ou seja, os artistas, os professores, incluindo os primários, e os contramestres que exprimem, talvez, deste modo, as ambigüidades e as contradições associadas à sua posição instável no espaço social.

É óbvio que não se pode proceder a uma apresentação completa das práticas ou opiniões públicas, tampouco das outras práticas, se for feita abstração de tudo o que se apreende através dos indicadores comuns da origem social e em que se deve distinguir,

pelo menos, o *efeito da trajetória* que conduz da posição original para a posição atual, o efeito dos condicionamentos sociais inscritos em uma condição particular e, especialmente importante tratando-se de compreender as tomadas de posição políticas como tomadas de posição expressas sobre o mundo social, o *efeito de inculcação* propriamente dito, a educação política, como a educação religiosa que é sua forma eufemizada, tendo sido sempre recebida por uma parcela da população desde a infância e na família.

Antes de mostrar espanto diante da intensidade da correlação constatada entre a prática religiosa e a opinião política, convém se interrogar se ela se deve, em grande parte, ao fato de que se trata apenas de duas manifestações diferentes da mesma disposição; não só porque, tanto em seu conteúdo quanto nas disciplinas de inculcação, a formação religiosa é uma forma eufemizada de socialização política, mas também porque a imposição de uma prática e de uma crença declarada implica a afetação a uma classe, portanto, a atribuição de uma *identidade social* que, seja qual for o conteúdo da inculcação correspondente, encontra-se definida relacionalmente por sua oposição à classe complementar dos “não-crentes” e, assim, encontra-se carregada com todas as propriedades excluídas, em determinado momento, dessa última classe (por exemplo, uma disposição política conservadora implicada na oposição aos “vermelhos”). A *fidelidade* a essa identidade e àqueles que participam dela (“sou cristão”) confere à fé *professada* uma grande autonomia em relação às condições de existência atuais. Quanto ao efeito próprio do conteúdo exato da mensagem religiosa, pode-se pensar que ele fortalece a propensão primeira para pensar o mundo social segundo a lógica “personalista” da “salvação pessoal”, para apreender a miséria ou a opressão como fatalidades e fatalidades pessoais, semelhantes à doença ou à morte. (Inversamente, o modo de pensamento político tende a lançar fora da política tudo o que o modo de pensamento personalista e a religião constituem como ética, a começar por tudo o que tange a economia doméstica; daí, segue-se que ele está pouco preparado para politizar o doméstico, por exemplo, o consumo ou a condição das mulheres. Dificuldade redobrada pelo fato de que a vanguarda da politização do doméstico é composta, muitas vezes, por indivíduos ou movimentos de origem cristã; ora, é difícil determinar se eles politizam o doméstico ou se domesticam e despolitizam o político).

A oferta e a demanda de opiniões

Em uma tentativa para definir melhor a relação entre classes e opiniões políticas socialmente constituídas em determinado momento, pode-se ser tentado a analisar, a partir das estatísticas disponíveis, como se distribuem as escolhas das diferentes classes e frações de classe entre os diferentes jornais ou semanários mais ou menos marcados do ponto de vista político. Tentativa que é perfeitamente legítima apenas se começarmos por questionar a significação conferida pelas diferentes categorias de leitores à leitura do jornal que pode ser totalmente diferente das funções que lhe são comumente atribuídas ou com aquelas que lhe atribuem os produtores ou seus mandantes. Somente a fé etnocêntrica no mito da “opinião pessoal” que o indivíduo “se forma” mediante um esforço permanente para se informar e estar ao corrente pode levar a ignorar que o jornal – quando a pessoa lê algum – é um *jornal de opinião* apenas para alguns.

Assim, os leitores dos jornais com difusão em escala nacional, tais como *France-Soir* e *Le Parisien Libéré* (510.000 e 360.000 exemplares vendidos por dia, em 1977) distribuem-se em partes praticamente iguais, entre a direita e a esquerda – 41% contra 36% para o primeiro título e 33% contra 33% em relação ao segundo (enquanto 27% dos leitores de *L'Aurore*, aspecto ainda mais surpreendente considerando o conteúdo mais nitidamente à direita deste jornal, declaram-se prontos a votar à esquerda); 60% e 64% dos leitores respectivos desses dois jornais afirmam que não abandonariam sua leitura se as matérias publicadas tomassem posições políticas contrárias às deles; por último, uma elevada proporção desses leitores abstém-se de tomar posição sobre sua objetividade ou tomadas de posição na campanha eleitoral. Mas sobretudo, somente uma parcela muito reduzida dos leitores (24% para *Le Parisien Libéré* e 29% para *France-Soir* contra 37% em relação a *Le Figaro* e 42% a *L'Aurore*) diz-se em acordo total com as opiniões expressas por esses jornais, ao passo que uma forte proporção (40 e 50%, respectivamente) consideram essas publicações mais à direita que eles próprios. Vê-se aí que o efeito propriamente político de um jornal não se avalia pela orientação política de seu discurso propriamente político tal como ela pode ser apreciada no campo da produção ideológica e menos ainda pelo número de centímetros quadrados dedicados diretamente à política, mas pela relação que os leitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser *ignorada* por eles e cuja ação política mais importante pode ser o fato de não atribuir importância à política.

Tudo se passa, de fato, como se a opinião política dos leitores fosse tanto mais independente da opinião explicitamente professada pelo jornal quanto mais esses leitores se situam no baixo escalão da hierarquia social. Comprar um jornal, por exemplo, *Le Parisien Libéré* ou *France-Soir* (ou, até mesmo, *L'Aurore*) é, para os operários ou empregados que votam nos socialistas ou comunistas – e que constituem, sem dúvida, o número mais importante dos leitores desses jornais, cujos votos vão para esses partidos, ou seja, 10 e 20% do público (do primeiro título) e 9 e 29% (do segundo) respectivamente – é executar um ato que, apesar de ser objetivamente político, além de pressupor e produzir, sem dúvida, a “despolitalização”, não implica qualquer filiação ou *delegação* política. Ao reservar 16,3% de seu conteúdo aos esportes (contra 2,6% no *Le Monde*) e aos esportes mais populares, o jornal *Le Parisien Libéré* é considerado por um grande número de seus leitores como um jornal esportivo que oferece pelo mesmo preço, diferentemente de *L'Équipe*, informações gerais e fatos do dia.

A independência relativa das opiniões políticas dos leitores em relação às tomadas de posição políticas do jornal deve-se, assim, ao fato de que, diferentemente do partido político, o jornal propõe uma informação que não é exclusivamente política – no sentido restrito que, habitualmente, se atribui a esta palavra – e, como produto múltiplo que, em proporções bastante variáveis, oferece política (internacional e interna), fatos do dia e esporte, ele pode ser objeto de um interesse relativamente independente dos interesses especificamente políticos.⁴⁵ Além disso, obedecendo à busca consciente da maximização do número dos leitores, preciosos para o lucro que trazem pela compra do jornal, assim como pelo acréscimo de valor que eles proporcionam para os anunciantes,⁴⁶ os órgãos de imprensa aos quais pode ser atribuída a designação de “para todos” – aliás, essa é a situação da maior parte dos jornais locais – têm o dever de evitar metodicamente tudo o que pode

chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial, ou seja, em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas (afastadas também, pelas mesmas razões, da conversação ocasional com desconhecidos – em benefício de tópicos menos arriscados, por exemplo, falar acerca do tempo), com exceção, todavia, daquelas que podem ser percebidas como menos políticas, ou seja, as declarações oficiais (o que confere aos jornais “para todos” seu aspecto de órgãos semi-oficiais ou “governamentais”).⁴⁷ Esse imperativo, cuja imposição se torna mais forte à medida do crescimento da clientela, reunindo necessariamente pessoas cada vez mais diferentes por seus gostos e por suas opiniões, é suficiente para explicar os traços invariantes de todos os bens culturais “para todos”: folhetins televisivos, filmes de grande espetáculo, *best-sellers*, mensagens políticas sabiamente despolitizadas dos partidos políticos a que se atribui a denominação de “pegatudo” (*catch-all*), belezas insignificantes das vedetes hollywoodianas ou das profissionais do charme burocrático, perfil perfeitamente cortês e civilizado dos gestores modelos que tiveram de pagar sua ascensão com uma limagem metódica de todas as asperezas sociais, ou seja, outros tantos produtos que podem ser, afinal de contas, perfeitamente *não-determinantes-de-classe* ou, como se diz, *insípidos*, mas, mediante este preço, aceitáveis por todos os gostos.⁴⁸

Tudo opõe, assim, os jornais de grande circulação ou semanários “para todos” que obtêm a extensão máxima da clientela pela neutralização do produto aos pequenos grupos ou às revistinhas de vanguarda que, por sua vez, dão testemunho de sua lealdade para com seu programa inicial, seja por um desaparecimento rápido, seja por uma sobrevida incessantemente suspensa (devido às assinaturas, ao trabalho em excesso dos responsáveis e à dedicação dos militantes, etc.). A menos que eles não cheguem a superar ou gerir os conflitos desencadeados, tanto na unidade de produção quanto no público, pela busca da extensão máxima da clientela, condição de acesso ao poder, impondo concessões, compromissos ou atenuações em contradição com o programa inicial e em ruptura com a fração mais antiga e “significativa” do público. É assim que alguns grandes partidos (como, atualmente, o Partido Socialista) e alguns órgãos de imprensa de grande circulação podem encontrar, em uma gestão racional da concorrência no interior da unidade de produção que funciona como *campo*, o meio de oferecer às diferentes categorias de leitores ou eleitores – por exemplo, no caso de *Le Monde*, às diferentes frações da classe dominante – e sem ter de adotar explicitamente tal finalidade, produtos diversificados e ajustados às suas expectativas diferentes ou, até mesmo, opostas.

Mas, além disso, se excetuarmos os mais politizados que lêem *L'Humanité* ou qualquer outro jornal de extrema esquerda, os operários e empregados nunca vêem, praticamente, o jornal como uma espécie de guia político ou de mentor moral e cultural, que, a rigor, ele é, talvez, apenas para uma fração dos leitores do *Le Figaro*, nem como o instrumento de informação, documentação e análise que ele é, sem dúvida, para os estudantes de *Sciences Po* ou ENA, para os altos funcionários e para uma fração dos professores, ou seja, para o público-alvo de *Le Monde*. Além dos resultados e dos comentários esportivos, espera-se de um jornal, nas manhãs de segunda-feira, o que se designa por “notícias”, ou seja, informações sobre o conjunto dos acontecimentos pelos quais o indivíduo se sente diretamente atingido porque eles se referem a pessoas conhecidas (óbitos, casamentos, acidentes ou sucessos escolares publicados pelos jornais locais) ou a

Tabela 33 – Leitura dos jornais segundo o nível de instrução (homens - 1975)

Nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidade de ler um jornal	Se a pessoa lê um jornal, probabilidade de ler:								
		um jornal regional	um jornal de difusão em escala nacional	L'Équipe	L'Aurore	France-Soir	La Croix	Le Figaro	Le Monde	L'Humanité
fundamental	64,7	87,3	18,0	3,7	2,7	6,1	0,5	1,3	1,2	3,4
fundamental superior	74,2	80,3	25,2	1,2	4,7	7,3	1,6	5,5	3,4	3,1
técnico-comerc.	65,5	79,0	15,8	6,9	3,5	8,9	0,3	3,0	3,0	4,4
secundário	67,2	80,6	28,9	5,6	3,0	7,4	1,0	5,6	8,0	2,7
superior	73,1	60,0	54,8	7,3	4,3	8,2	4,0	16,0	28,2	6,6

Tabela 34 – Leitura dos jornais segundo a idade (homens - 1975)

Nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidade de ler um jornal	Se a pessoa lê um jornal, probabilidade de ler:								
		um jornal regional	um jornal de difusão em escala nacional	L'Équipe	L'Aurore	France-Soir	La Croix	Le Figaro	Le Monde	L'Humanité
15-25 anos	58,9	84,2	21,3	4,6	1,7	5,1	0,1	1,8	5,3	3,2
25-34 anos	64,6	77,4	32,7	10,4	2,7	8,7	0,6	4,8	10,2	4,3
35-49 anos	66,7	80,0	28,0	6,1	2,7	9,0	0,9	4,9	6,0	5,5
50-64 anos	71,9	81,3	25,4	2,5	3,8	7,7	1,7	3,7	4,3	3,7
65 anos e acima	74,1	82,2	23,7	0,5	5,5	4,7	1,7	6,1	3,3	1,8

Tabela 35 – Leitura dos jornais segundo a classe social

nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidades		
	de ler um jornal	se a pessoa lê um jornal	
		de ler um jornal de difusão em escala nacional	de ler um jornal regional
homens			
agricultores	60,2	3,8	98,9
operários sem qualificação, pessoal de serviço	59,3	17,3	92,5
operários com qualificação, contramestres	63,0	18,8	89,9
pequenos empresários	70,7	20,2	90,1
empregados	66,1	33,4	80,5
quadros médios	63,7	40,6	73,3
negócios, quadros superiores	74,0	49,8	67,6
mulheres			
agricultores	53,3	-	100
operários sem qualificação, pessoal de serviço	46,3	12,8	92,4
operários com qualificação, contramestres	40,6	14,6	91,4
pequenos empresários	72,2	13,0	93,4
empregados	50,2	21,6	83,5
quadros médios	50,3	35,3	70,8
negócios, quadros superiores	68,9	52,0	61,7

Fonte: F. C. XXXV (CESP, 76)

peças semelhantes a si, cuja desgraça, miséria ou infortúnio – por exemplo, a catástrofe ocorrida durante o verão de 1978 em um *camping* popular, na Espanha – são sentidos por procuração. O interesse por essas “notícias” – que os jornais chamados “sérios” relegam para o espaço mais insignificante porque é de bom tom desdenhá-las – não é diferente, certamente, em natureza daquele que os membros da classe dominante, mais próximos dos centros de decisão política, dedicam às notícias chamadas gerais, à nomeação dos membros dos gabinetes ministeriais ou do Comissário para o Plano, às eleições para a Academia Francesa ou às recepções do *Palais de l’Elysée*, às lutas de clãs no interior dos aparelhos políticos ou às guerras de sucessão no âmago de determinado jornal de grande circulação ou de determinada grande empresa, sem falar das colunas sociais ou da lista dos vencedores dos concursos das *grandes écoles*. É somente nos jantares ou conversações da existência burguesa que os nomes próprios de interesse geral – o do ministro da Fazenda ou do diretor de seu gabinete, do diretor da empresa Schlumberger ou do diretor dos prêmios, etc. – remetem a pessoas familiares, concretamente conhecidas e freqüentadas que, a exemplo dos vizinhos e primos da aldeia, pertencem ao universo do interconhecimento (o que contribui consideravelmente para transformar a leitura de *Le Monde* em uma condição prévia obrigatória para entrar no “mundo”). Esquece-se que a classe dominante se define precisamente por seu interesse particular pelos negócios chamados de interesse geral porque os interesses particulares de seus membros estão particularmente associados a tais negócios.

Mas essa é apenas uma das razões para suspeitar da oposição semi-erudita entre *news* e *views*, entre “jornal sensacionalista”, como se diz, e jornal de “reflexão”. O que se designa, através da leitura dessas duas categorias de jornais, são, de fato, duas relações completamente diferentes com a política. O fato de ler um jornal de difusão em escala nacional e, sobretudo, um dos jornais legítimos de grande circulação, tais como *Le Figaro* ou *Le Monde*, é uma forma, entre outras – como o fato de escrever nos jornais ou para os jornais, de assinar petições publicadas nos jornais ou responder às pesquisas lançadas pelos jornais, etc. –, de manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com direito e *dever* de participar na política, de exercer verdadeiramente *seus direitos de cidadão*.

Não causará espanto o fato de observar que a leitura dos jornais de difusão em escala nacional – e, sobretudo, dos mais legítimos – está estreitamente associada ao nível de instrução, em virtude de um efeito de atribuição estatutária: o diploma escolar contribui consideravelmente para determinar o sentimento de pertencer de pleno direito ao universo da política e da cultura legítimas, do qual participa o sentimento de ter direito e dever de ler um jornal legítimo.

Se a probabilidade de ler um jornal cresce sempre fortemente com o capital escolar – a probabilidade de ler um jornal regional varia em sentido inverso –, as diferenças são particularmente marcantes em relação a *Le Monde* e *Le Figaro*, cujo público se encontra, por uma parte considerável, entre os detentores de um diploma de ensino superior. Por intermédio do vínculo com o capital escolar, a probabilidade de ler um jornal de difusão em escala nacional está associada à classe social (embora de maneira menos estreita): bastante baixa nas classes populares em que a leitura se reduz quase exclusivamente aos

jornais esportivos e aos jornais “para todos” (*France-Soir* e *Le Parisien Libéré*), ela aumenta regularmente à medida que se sobe na hierarquia social. Tudo permite supor que, em igualdade de circunstâncias, as mulheres estão, do ponto de vista social, mais inclinadas que os homens a se interessar pelo conteúdo “não-político” dos jornais (“notícias” locais, fatos do dia, coluna social, etc.). Diferentemente do que se passa na ordem das práticas culturais, o efeito de atribuição estatutária exercido pelo capital escolar só será pleno, em matéria de política, quando se verificar o enfraquecimento ou a eliminação dos efeitos da divisão tradicional do trabalho entre os sexos, como é o caso nas frações dominadas da classe dominante: observa-se assim que, salvo na classe dominante, a taxa de leitura de um jornal de difusão em escala nacional é mais elevada entre os homens que entre as mulheres (a relação inversa observa-se para a leitura de um jornal regional). Enquanto a probabilidade de ler, pelo menos, um jornal aumenta ligeiramente com a idade, a probabilidade de ler um jornal de difusão em escala nacional é praticamente independente da idade – apesar de ser ligeiramente mais elevada para a faixa etária de 25 a 49 anos que para as faixas etárias superiores –, como se o envelhecimento fosse acompanhado de um enfraquecimento do sentimento de ser obrigado a estar *ao corrente* em matéria de política (esta tendência não aparece no caso de *L'Aurore* e de *Le Figaro*: sabe-se que uma parcela importante de seus leitores se encontra entre os diretores de empresas industriais e comerciais que podem manter-se em atividade até uma idade bastante avançada).

No entanto, a diferença entre a “imprensa sensacionalista” e a “imprensa de informação” reproduz, afinal de contas, a oposição entre aqueles que *fazem* política em atos, palavras ou pensamentos, e aqueles que a ela estão *submetidos*, entre a opinião atuante e a opinião submissa. E não é por acaso que a oposição entre as duas imprensas evoca – sob a figura da antítese do *entendimento* e da *sensibilidade*, da *reflexão* e da *sensação*, que se encontra no âmago da representação dominante da relação entre dominantes e dominados – a oposição entre duas relações com o mundo social, ou seja, entre o ponto de vista soberano daqueles que, na prática ou em pensamento (“As idéias gerais, dizia mais ou menos Virginia Woolf, são idéias de general”), dominam o mundo social e a visão obscurecida, acanhada, parcial, a do simples soldado perdido na batalha, daqueles que são dominados por esse mundo.⁴⁹ A análise política supõe a distância, a verticalidade, a posição em *sobrevôo* do observador que se situa acima do combate ou o recuo do historiador que se reserva e reserva o tempo da reflexão, ao operar uma espécie de distanciamento político capaz, a exemplo do distanciamento estético, de neutralizar o objeto em sua presença imediata, sua urgência e suas funções, de substituir o enunciado direto das palavras ou das palavras de ordem, em sua brutalidade bruta, pela retradução eufemizante do *estilo indireto*,⁵⁰ de subsumir – sob os conceitos unificadores da análise política – a pura multiplicidade sensível do fato em sua facticidade pura, dos fatos do dia, da diversidade sensível, do acontecimento imediato e efêmero, de tudo o que se designa por sensacional e cuja leitura satisfaz o leitor comum de jornais comuns, basbaque curioso, levado à imersão no acontecimento e no tempo curto das sensações fugitivas e *faceis*. Como a arte “difícil” por oposição à arte “fácil” ou o erotismo por oposição à “pornografia”, os jornais chamados de qualidade invocam uma relação com o objeto que implica a

afirmação de uma distância em relação ao objeto que é afirmação de um poder sobre o objeto e, ao mesmo tempo, da dignidade do sujeito que se afirma por meio desse poder. Muito mais que as opiniões “pessoais” de que o leitor tem necessidade, eles lhe reconhecem a dignidade de *sujeito político*, capaz de ser o sujeito, não propriamente da história, mas, no mínimo, de um discurso sobre a história.

Tendo definido, assim, a significação da relação mantida pelas diferentes classes sociais com seus jornais e através da qual se apreende, sem dúvida, uma dimensão de sua relação objetiva e subjetiva com “a política” – que se manifesta, também, nas taxas de participação nas instâncias dirigentes dos diferentes partidos ou nos diferentes postos eletivos – pode-se tentar deduzir variações da leitura dos jornais de difusão em escala nacional mais claramente marcados do ponto de vista político das indicações sobre as tomadas de posição políticas (cf. Tabela 36). Em primeiro lugar, pode-se delinear com bastante precisão o limite, inseparavelmente cultural e político, entre as classes populares que, fora dos jornais locais, lêem quase exclusivamente jornais “para todos”, e as classes médias: os técnicos, cujo nível de leitura da imprensa cotidiana é bastante semelhante ao nível dos contramestres, opõem-se aos empregados, cujo nível de leitura é nitidamente mais elevado, e aos quadros médios que lêem muito mais, apesar de lerem, também, mais à direita (ou seja, lêem com maior frequência *La Croix*, *Le Figaro* e *Le Monde* e com menos frequência *L'Humanité* ou *L'Équipe*). Neste caso, é possível apreender, sem dúvida, os efeitos acumulados de meios profissionais profundamente diferentes, o mundo dos ateliês e o mundo dos escritórios, mas também de formações propícias a fortalecer as diferenças prévias: a formação técnica, mais propensa a práticas e interesses semelhantes aos dos outros trabalhadores braçais; e a formação secundária que, ao iniciar, por pouco que seja, à cultura legítima e a seus valores, introduz um rompimento com a visão popular do mundo.

Para verificá-lo, basta observar que, apesar de terem rendas nitidamente superiores e uma distribuição geográfica praticamente semelhante à dos empregados (apenas um pouco mais representados em Paris), os contramestres mostram taxas de leitura nitidamente mais baixas, tanto para os jornais de difusão em escala nacional, quanto para os semanários (ou seja, 18,5% para os jornais e 28,4% para os semanários contra 41,4% e 43,2% entre os empregados) e lêem com maior frequência os jornais “para todos” ou, em matéria de semanários, *L'Humanité-Dimanche*, ao passo que os empregados lêem ligeiramente mais *Le Figaro*, *Le Monde* e *La Croix*, e em relação aos semanários, *La Vie* e, sobretudo, *Le Nouvel Observateur*. Tudo permite supor que os leitores separados por esta fronteira estatística opõem-se, por outros aspectos e, principalmente, por suas atitudes em relação à religião, aos sindicatos e partidos políticos: do lado dos empregados, uma parcela maior de católicos praticantes, sindicalizados à FO e votantes socialistas (ou PSU e esquerdistas), mas também gaullistas; e, do lado dos operários, uma maior proporção de não-crentes e não-praticantes, sindicalizados à CGT e comunistas (cf. M. Dogan, *op. cit. passim*). Essas oposições são, por sua vez, parte integrante de estilos de vida associados a diferentes trajetórias sociais e condições de exercício da profissão (por exemplo, as diferenças segundo a antiguidade da urbanização e da proletarianização da linhagem, ou segundo o tamanho da empresa, etc.).⁵¹

Os jornais e semanários – salvo *L'Humanité* – só desempenham verdadeiramente seu papel como marcadores políticos a partir do nível das classes médias. O espaço delineado pela quantidade e qualidade das leituras reproduz, com bastante exatidão, no nível das classes médias, assim como da classe dominante, as oposições comuns segundo o volume e a estrutura do capital: por um lado, as frações ricas (relativamente) em capital econômico – artesãos e pequenos comerciantes, ou industriais e grandes comerciantes – que lêem pouco e, sobretudo, jornais “para todos”; e, por outro, as frações ricas (relativamente) em capital cultural – empregados, quadros médios, professores primários, membros das profissões liberais, engenheiros, quadros superiores e professores secundários – que lêem muito, tanto jornais de difusão em escala nacional e, sobretudo, os mais “legítimos”, quanto semanários. Nas classes médias, assim como na classe dominante, decresce a parcela dos leitores de jornais de difusão em escala nacional e de jornais de esquerda, ao passo que cresce a parcela dos leitores de jornais regionais e de jornais de direita quando se vai dos professores primários ou dos professores secundários e universitários para os pequenos ou grandes comerciantes.

É somente para os membros da classe dominante que o jornal desempenha verdadeiramente o papel de princípio gerador de tomadas de posição que é definido por certa *posição* distintiva em um campo de princípios geradores institucionalizados de tomadas de posição e que, sem dúvida, exprime tanto mais completa e adequadamente seus leitores, quanto mais perfeita é a homologia entre sua posição no campo dos órgãos de imprensa e a posição ocupada por eles no campo das classes (ou frações de classe), fundamento do princípio gerador de suas opiniões. Assim, em um pólo, encontram-se os grandes comerciantes e industriais que, nível reduzido de leitura, lêem, sobretudo, jornais “para todos” e *Le Figaro*; e, no outro, os professores (e, ainda mais longe, os intelectuais) que, nível elevado de leitura, lêem, de preferência, *Le Monde* e *L'Humanité* ou *Le Nouvel Observateur*. O espaço dos semanários – sem dúvida, pelo fato de que eles devem manter um maior distanciamento em relação ao curso cotidiano da vida política, reservando um espaço mais amplo para a vida cultural e, também, pelo fato de que só conseguem atingir as grandes tiragens necessárias para atrair os anunciantes com a condição de evitar todos os princípios de divisão e exclusão, além de procurarem os terrenos, objetos e estilos mais característicos das publicações “para todos” – é menos nitidamente delineado, ainda que *Le Nouvel Observateur* se oponha, até agora bastante claramente, a *L'Express* e *Le Point*. Sem dúvida, convém abster-se de levar longe demais a interpretação das diferenças entre as frações que definem posições intermediárias – e, sobretudo, as mais heterogêneas, tais como os quadros ou engenheiros – pelo fato de que as pesquisas dos anos sucessivos apresentam divergências imputáveis à exigüidade das populações correspondentes nas amostras representativas. Todavia, sabendo pela pesquisa – que estabelece esta distinção – sobre “a leitura da imprensa unicamente na classe dominante” (F.C., V) que os quadros do setor privado lêem com uma frequência maior *L'Aurore* e *Le Figaro* (assim como órgãos de informação econômica, ou seja, *Les Échos* e *Entreprise*) e com uma frequência menor *Le Monde* e *Le Nouvel Observateur* que os quadros do setor público e, também,

que os membros das profissões literárias e científicas lêem com uma frequência maior *Le Nouvel Observateur* e com uma frequência menor *Le Figaro* que os professores, pode-se estimar que o modo das distribuições, segundo as frações, dos jornais e semanários classificados de acordo com seu conteúdo político – jornais “para todos” (com *L'Aurore*), *Le Figaro*, *Le Monde*, *Le Nouvel Observateur*, *L'Humanité* – tende a deslocar-se continuamente quando se avança na seguinte ordem: grandes comerciantes e industriais, quadros do setor privado, membros das profissões liberais, quadros do setor público, professores e intelectuais; neste caso, as categorias centrais, em particular, os membros das profissões liberais e engenheiros, caracterizam-se pela dispersão particularmente elevada de suas leituras.

A oposição entre as frações, segundo a estrutura do capital possuído, é embaralhada pelos efeitos da oposição que, no interior de cada uma das frações, opõe os “jovens” e os “velhos” ou, mais exatamente, os *predecessores* e os *sucessores*, a “moda antiga” e a “nova moda”. As frações dominadas que, pelo fato de sua posição no espaço da classe dominante, estão situadas globalmente do lado da subversão parcial e simbólica, têm também seus dominantes (temporalmente) que podem encontrar-se remetidos – entre outros fatores, pelas disposições subversivas dos pretendentes – para o lado da conservação; e, do mesmo modo, no âmago das frações dominantes, comprometidas estreitamente com todas as formas de conservação, os sucessores (e, em certa medida, as mulheres) afastados, provisoriamente, do poder, podem participar, até certo ponto e por um período mais ou menos longo, da visão do mundo social proposta pelas frações dominadas. É assim que, na oposição entre *Le Figaro* ou *L'Express* e *Le Nouvel Observateur* exprimem-se não só a oposição entre as frações dominantes e as frações dominadas, entre privado e público e, de forma mais precisa, entre os empresários mais próximos do pólo privado do campo econômico, os menos ricos em capital escolar e, sem dúvida, os mais ameaçados pelo declínio, os quadros do setor privado mais velhos e mais ligados ao patronato, por um lado, e, por outro, os quadros do setor público e os professores, mas também a oposição entre os predecessores e os sucessores, os jovens e os velhos.⁵² Servindo-se, sem o saber, da confusão entre as lutas de classe e as lutas de frações de classe ou, mais simplesmente, entre a direita e a “rive droite” ou a esquerda e a “rive gauche”, e também da imprecisão classificatória e conceitual resultante das sobreposições parciais das diferentes divisões internas da classe dominante, *Le Nouvel Observateur* permite que todos os dominantes dominados, sob uma ou outra das relações possíveis – intelectuais, jovens ou mulheres –, vivam a soma de suas contestações, *necessariamente parciais*, como o questionamento mais radical da ordem estabelecida. Ao remeter, assim, as “lutas antigas” ao tempo passado, ele oferece-lhes por acréscimo os instrumentos e os prazeres de um esnobismo inseparavelmente ético, estético e político, capaz de conciliar, em uma espécie de pessimismo antiburguês, as aparências do vanguardismo intelectual, que conduz ao elitismo, e as do vanguardismo político, que conduz ao populismo. Se, aparentemente, a maior parte dos julgamentos proferidos por ele sobre o mundo social não têm outro fundamento além da oposição entre a “moda antiga” e a nova moda, e se a contestação da ordem social se reduz à contestação das

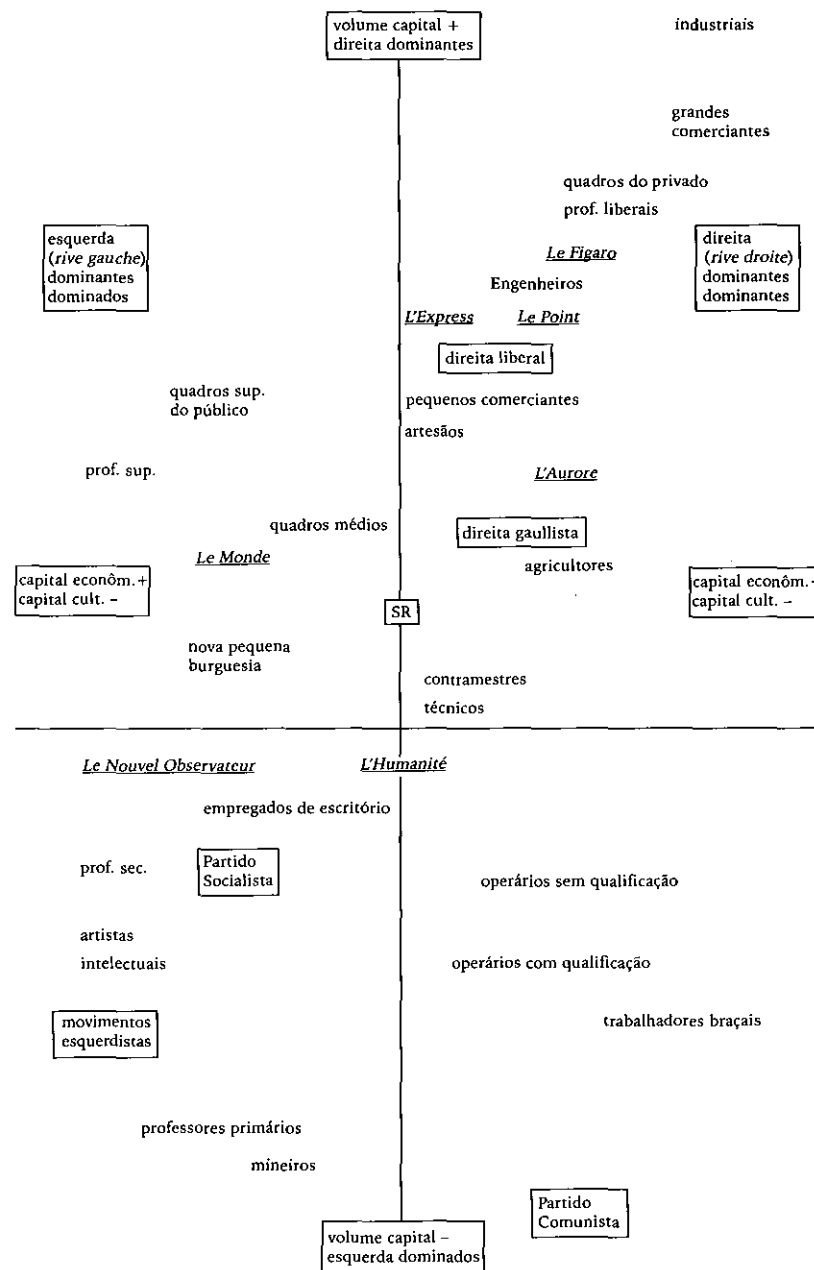
formas – as formas estabelecidas da cortesia, da política ou da arte – é porque as estratégias de subversão simbólica impostas a alguns pelas lutas de concorrência pela sucessão, encontram seus limites no reconhecimento da moda e dos desafios que elas supõem e produzem; e, mais exatamente, é porque a ordem interna da classe dominante depende diretamente de tudo o que regulamenta a estrutura do tempo social, isto é, a *ordem das sucessões*, no duplo sentido, seja tratando-se das representações – que atribuem paixões e poderes, liberdades e deveres, a cada idade – ou do respeito pelas formas e das formas de respeito que, melhor que todas as regras, garantem as distâncias sociais ao manter as distâncias temporais, as diferenças, as relações, os atrasos e as expectativas que a conveniência impõe à impaciência dos sucessores.

O espaço político

Tendo chegado a este ponto, pode-se materializar e sistematizar provisoriamente o conjunto das relações estabelecidas em um esquema do espaço político, visando representar a maneira como as diferentes frações de classe se distribuem umas em relação às outras – as positivas relativas são, evidentemente, mais fáceis de controlar, portanto, mais seguras que as *distâncias* – e, ao mesmo tempo, em relação ao conjunto dos “produtos” ou das “marcas” de ordem política que funcionam como balizas em referência às quais é possível se situar ou como emblemas graças aos quais são afirmadas as diferenças. Esse espaço aparece imediatamente como uma deformação sistemática do espaço das classes e frações de classe distribuídas segundo o volume e a estrutura de seu capital: o conjunto das frações situadas à esquerda no espaço político (e no esquema) são arrastadas para baixo, enquanto as que se encontram à direita são atraídas para o alto, o que se compreende, conforme já vimos, porque existe o acúmulo dos efeitos da oposição no que diz respeito ao volume global do capital com os da oposição do ponto de vista da estrutura do capital (e da trajetória que lhe está associada). A posição atribuída às frações de classe ou às “marcas” limita-se a indicar, é claro, o ponto central em torno do qual se distribuem, mais ou menos amplamente segundo os casos, a população ou a clientela considerada: a “superfície social” correspondente a cada um dos pontos marcados varia, de fato, consideravelmente segundo o volume da população designada que, na maior parte das vezes, está vinculada à sua dispersão social (embora o crescimento do volume de uma clientela possa resultar tanto da intensificação da penetração em um espaço restrito, quanto da extensão do espaço abrangido).

Gráfico 21

Este diagrama é um *esquema teórico* que foi construído com base em uma leitura aprofundada das estatísticas disponíveis (e de diferentes análises de correspondência). Foram levados em consideração apenas os órgãos da imprensa que funcionam como "marcas" e "marcadores" na área política.



Assim, para fazer aparecer que, apesar da crença habitual em sua independência, as escolhas políticas são realmente dependentes da classe social, mesmo definida *sincronicamente* pela posse de um capital de determinado volume e de determinada estrutura, basta construir adequadamente as categorias – e seria possível avançar muito mais longe no sentido proposto por Michelat e Simon, ao levar em consideração as propriedades *diacrônicas* de cada posição social e, sobretudo, talvez, ao adotar os meios para descrever e compreender o significado, para cada classe ou fração de classe adequadamente caracterizadas, das diferentes *marcas* políticas e dos produtos políticos correspondentes. Pode-se lamentar que as pesquisas disponíveis (na França) não permitam apreender e isolar os efeitos de trajetória e de inculcação (através da profissão e das opiniões políticas dos pais); e, mais ainda, talvez, que elas estejam desprovidas de qualquer meio para apreender diretamente, *na maneira de enunciá-las ou justificá-las*, as diferenças mediante as quais as opiniões *nominalmente idênticas* são realmente incomparáveis, até mesmo, incompatíveis (a não ser no papel). Mesmo que a lógica eleitoral ignore as diferenças entre o voto comunista do artista ou do professor e o do professor primário ou, *a fortiori*, do empregado, do operário sem qualificação ou do mineiro, não é uma razão para que a ciência deva adotar o mesmo procedimento: sob pena de impedir qualquer oportunidade de produzir uma explicação científica, ela deve descobrir as maneiras realmente diferentes de ser ou de se dizer comunista e as diferentes significações do voto em favor do Partido Comunista que se ocultam sob a identidade nominal dos votos, não deixando de saber também contar com o fato politicamente importante segundo o qual a lógica eleitoral trata opiniões – que diferem tanto em suas intenções, quanto em seus considerandos – como se fossem idênticas.

Ocorre que só pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, às vezes, imensas, que separam categorias, apesar de sua proximidade no espaço objetivo – tais como os artesãos ou os agricultores e os contramestres ou os técnicos –, se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a *trajetória social* do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da *representação subjetiva* da posição objetivamente ocupada. Uma das características mais determinantes das escolhas políticas reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais que todas as outras escolhas – mais, sobretudo, que as escolhas obscuras e profundas do *habitus* –,⁵³ a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “*deveria*” ocupar nele; e o discurso político, quando existe enquanto tal, limita-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. O mesmo é dizer que, entre a posição realmente ocupada e as tomadas de posição se interpõe uma representação da posição que, apesar de ser determinada pela posição – com a condição de que seja definida completamente, ou seja, *também* diacronicamente – pode estar em desacordo com as tomadas de posição que a posição parece implicar para um observador externo (eis o que, às vezes, se designa por “falsa



consciência”). O pendor da trajetória individual e, sobretudo, coletiva, comanda, por intermédio das *disposições temporais*, a percepção da posição ocupada no mundo social e a relação encantada ou desencantada com essa posição que é, sem dúvida, uma das principais mediações através das quais se estabelece a relação entre a posição e as tomadas de posição políticas: o grau em que os indivíduos e os grupos estão voltados para o futuro, a novidade, o movimento, a inovação, o progresso – disposições que se manifestam, principalmente, no liberalismo em relação aos “jovens”, para e por quem tudo isso pode advir – e, de forma mais geral, sentem propensão pelo otimismo social e político ou, ao contrário, estão orientados para o passado, movidos pelo ressentimento social e pelo conservadorismo, depende, de fato, de sua *trajetória coletiva*, passada e potencial, ou seja, do grau em que, por um lado, eles tiverem conseguido reproduzir as propriedades de seus ascendentes e, por outro, estão (ou se sentem) em condições de reproduzir suas propriedades em seus descendentes.

Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto, voltada para o passado, quando deixou de ter a possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir seu capital global e manter sua posição – atual ou a de sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão). Neste caso, a transformação do modo de geração social dos agentes determina a aparição de *gerações* diferentes, cujos conflitos não se reduzem ao que se inscreve, em geral, nos conflitos de gerações já que têm como princípio a oposição entre os valores e os estilos de vida associados à predominância, no patrimônio, do capital econômico ou cultural.

A história estrutural de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou de qualquer outro campo – periodiza a biografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence). Na sequência, em uma população, só é possível recortar *gerações* – por oposição a simples faixas etárias arbitrárias – com base em um conhecimento da história específica do campo em questão: de fato, somente as mudanças estruturais que afetam tal campo possuem o poder de determinar a produção de gerações diferentes, transformando os *modos de geração* e determinando a organização das biografias individuais e a agregação de tais biografias em classes de biografias orquestradas e ritmadas segundo o mesmo tempo. Apesar de seu efeito consistir em *sincronizar*, durante um período mais ou menos longo, os diferentes campos e confundir, no espaço de um momento, a história relativamente autônoma de cada um desses campos em uma história comum, os grandes acontecimentos históricos – revoluções ou mudanças de regime – que são, quase sempre, utilizados como referências na periodização dos campos de produção cultural, introduzem freqüentemente cortes artificiais e desestimulam a busca das descontinuidades próprias de cada campo.

O conservadorismo liberal das frações da classe dominante, cuja reprodução é garantida a ponto de se tornar algo evidente, opõe-se, assim, às disposições reacionárias das frações que, ameaçadas em seu futuro coletivo, só podem manter seu valor ao se relacionarem e se reportarem ao passado, referindo-se a sistemas de valores, ou seja, a uma lógica da determinação do valor, correspondente a um estado superado da estrutura do campo das classes sociais.⁵⁴

Se é certo que certos indivíduos, ocupantes de posições semelhantes, podem ter opiniões diferentes, segundo sua origem social e sua trajetória, tudo parece indicar que os efeitos da *trajetória individual*, particularmente visíveis no caso dos grupos que ocupam posições mal determinadas no espaço social e, por este fato, levadas a uma grande dispersão sob todos os aspectos, se exercem no limite dos efeitos próprios da classe; de modo que as disposições ético-políticas dos membros da mesma classe aparecem como outras tantas formas transformadas da disposição que caracteriza, fundamentalmente, o conjunto da classe.⁵⁵ Assim, o *obsequium*, ou seja, o reconhecimento profundo da ordem estabelecida, que fixa os limites à revolta pequeno-burguesa, encontra-se também na origem das virtudes sociais da nova pequena burguesia: quando se trata de vender bens ou serviços que, à semelhança dos bens culturais ou materiais – por exemplo, “bens de conforto”, aparelhos eletrodomésticos, móveis ou imóveis, vestuário ou equipamentos de lazer – são a materialização mais ou menos bem-sucedida do estilo de vida dominante, e cuja aquisição implica uma forma de reconhecimento dos valores dominantes em matéria de ética ou estética, nada convém melhor que a disposição para vender suas próprias virtudes, suas próprias certezas, seus próprios valores, em resumo, a certeza de seu próprio valor, em uma espécie de *esnobismo ético*, afirmação de singularidade exemplar que traz em seu bojo a condenação de todas as outras maneiras de ser ou de fazer. Essa disposição impõe-se particularmente já que implica a combinação da boa vontade que é a condição de tal empreendimento com a boa consciência que é sua recompensa, quando se trata

de converter as classes populares e introduzi-las na corrida, impondo-lhes a mais recente inovação da conveniência burguesa, a última moda ou moral, além de empenhar – na repressão de suas disposições “repressivas” – uma convicção indignada semelhante àquela que, em outras épocas, outros indivíduos haviam investido na repressão de seu laxismo e de sua intemperança irreprimíveis.

No terreno político, a submissão ética à classe dominante e aos “valores” encarnados por ela denuncia-se pela contestação da ordem estabelecida que, ao encontrar seu princípio no sentimento de estar fora de seu lugar adequado nessa ordem, obedece às normas de conveniência impostas pela classe a que se pretende pertencer, exatamente pela contestação dessa classe: é assim que, ao recorrer à sua estratégia favorita que consiste em desviar contra a ordem dominante os próprios princípios que ela proclama, os pequeno-burgueses confirmam o reconhecimento atribuído a tais princípios, portanto, o reconhecimento a que teriam direito, em nome desses princípios, por sua luta incansável contra o escândalo e, acima de tudo, contra a *hipocrisia*, fonte de todos os escândalos, que impede a aplicação de tais princípios. O desejo de ser reconhecido socialmente e a identificação antecipada à classe dominante denunciam-se pela natureza das reivindicações que, prioritariamente, se orientam para os aspectos simbólicos da existência, não só porque os atentados à dignidade e ao respeito da “pessoa” fazem-se sentir tanto mais e de forma tanto mais dolorosa, quanto mais desembaraçado estiver o indivíduo das formas mais brutais da exploração e da opressão, mas também porque a própria preocupação com a dignidade conduz às reivindicações mais bem preparadas para certificar, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, a dignidade daquele que as formula. É assim que o temor de perder o que eles haviam adquirido ao procurar obter tudo o que lhes havia sido prometido – em particular, através da escola e do diploma escolar – não garante, certamente, a explicação completa para a forma assumida pelas estratégias reivindicativas dos pequeno-burgueses: aos meios comuns da luta operária, ou seja, a greve ou a passeata, vislumbrados apenas como últimos recursos – aliás, sua moderação será abandonada apenas por um excesso de injustiça (“se for necessário, vamos protestar na rua!”) –, os pequeno-burgueses preferem as armas simbólicas e, antes de mais nada, a pedagogia que instaura uma relação de dominação moral ou a “informação”, objeto de uma confiança fora de controle, assim como a forma particular de ação coletiva concretizada na *associação*, agrupamento estritamente serial de indivíduos reunidos somente pela mesma “causa” e pela mesma vontade de exercer uma espécie de intimação ética: o voluntariado – dispêndio ostensivo de *boa vontade*, ação ética pura e puramente desinteressada que não reconhece outra finalidade além de si mesma – confere, entre outros, o direito de se indignar, em nome da impecabilidade daqueles que se expuseram ao perigo, fizeram todo o seu dever e, sobretudo, criaram *um fato consumado que faz apelo ao reconhecimento*.⁵⁶ A ação – estritamente “desinteressada”, “limpa”, “digna”, isenta de todos os “comprometimentos” da “política” – é, de fato, a condição do sucesso da diligência que visa a *institucionalização*, a forma mais acabada de reconhecimento social, perseguida mais ou menos secretamente por todas as *associações*, movimentos pequeno-burgueses por excelência que, diferentemente dos partidos, proporcionam os benefícios de dignidade e respeitabilidade das iniciativas “de interesse geral”, sem deixar de prometer a satisfação, de maneira totalmente direta, dos interesses particulares.⁵⁷

No entanto, se a posição ocupada pontualmente no espaço social não está vinculada às tomadas de posição políticas por relações tão simples e diretas, quanto aquelas observadas em outros domínios, não é somente porque a trajetória individual e coletiva orienta a percepção do mundo social e, sobretudo, do futuro desse mundo por intermédio das experiências associadas à ascensão ou ao declínio;⁵⁸ mas é também e, sobretudo, porque as possibilidades de que a “escolha” política esteja limitada a uma resposta *politicamente cega* do *ethos* de classe aumentam à medida que se avança em direção às faixas etárias mais elevadas e a unidades de residência de menor porte, ou à medida que se desce na hierarquia dos níveis de instrução ou das posições sociais, além de serem nitidamente mais fortes entre as mulheres que entre os homens. Apesar de ser menos marcante entre os operários, mais “politizados”, que entre os agricultores e pequenos empresários, a contaminação da política pela moral não poupa os membros das classes populares: de fato, entre aqueles que, pelo sexo (as mulheres), idade (os velhos), residência (os rurais) e, correlatamente, meio de trabalho (os trabalhadores das pequenas empresas), estão mais expostos à ameaça do declínio social, da queda ou da recaída no subproletariado e, ao mesmo tempo, menos formados e enquadrados do ponto de vista político, portanto, menos propensos e preparados para apreender os problemas e as situações através das categorias de percepção e apreciação políticas, nada vem contrariar a inclinação para o pessimismo, até mesmo, para o ressentimento que leva à rejeição generalizada da “política” e dos “politiqueiros”, sejam eles quais forem, e, por conseguinte, do abstencionismo ou conservadorismo.⁵⁹

Pode-se supor que os indivíduos sejam tanto mais sensíveis aos *efeitos de ocultamento* (ou de falsa contextualização) exercidos pelos grupos baseados localmente (e também pelos campos), ou seja, mais propensos a tomar um subespaço social com base geográfica – aldeia, grupo de vizinhança, etc. – como referente de sua apreciação da posição que ocupam no espaço social, quanto maior é sua carência em relação às propriedades que determinam as oportunidades de acesso à opinião ou aos meios para constituí-la (por exemplo, a leitura de um jornal de difusão em escala nacional). Os dominantes de um espaço globalmente dominado (proprietários de 50ha em uma região de pequenas propriedades, notáveis locais, contramestres, etc.) podem, assim, proceder a escolhas políticas que, no pressuposto de que a árvore esconde a floresta, estão de acordo com as escolhas feitas pelos dominantes propriamente falando.⁶⁰ A mesma lógica ocorre, sem dúvida, em parte, no fato de que os empregados de escritório, situados no escalão mais baixo da hierarquia dos assalariados da administração e das classes médias, votam mais à esquerda que os contramestres que, por sua vez, ocupam o topo da classe operária. De forma mais geral, pode-se supor que, em igualdade de circunstâncias e seja qual for a posição desses campos no espaço social, os dominantes de um campo relativamente autônomo têm uma propensão maior para votar à direita que os dominados do campo correspondente, enquanto os dominados de todos os campos manifestam uma inclinação maior para votar à esquerda que os dominantes correspondentes.

Assim, a parte da discordância – que permanece inexplicada durante o tempo em que o indivíduo se situa do lado dos determinantes das disposições éticas – reside na relação que se estabelece, por ocasião da pesquisa de opinião ou da escolha eleitoral, entre uma oferta de opiniões previamente preparadas e determinada capacidade de escolha: os consumidores de opiniões podem cometer erros de objeto (alodoxia) e, inclusive, estarão tanto mais expostos a se reconhecerem nas opiniões que não são as próprias, quanto maior confiança depositarem – por não disporem de princípios de percepção e apreciação propriamente políticos – nos esquemas politicamente incertos, até mesmo, indeterminados, de seu *ethos* de classe; no entanto, eles podem também escolher uma opinião constituída quando, afinal, *com ou sem conhecimento*, teriam escolhido uma outra, mais ou menos diferente, se fosse constituída como tal e, sobretudo, se, por ser professada por determinado grupo de profissionais, ela tivesse possibilidades de se impor. O campo político propõe um universo de possibilidades políticas que, como tal, exerce, portanto, um duplo efeito: em primeiro lugar, ele favorece o efeito de *falsa identificação*, resultante do fato de que o mesmo implícito pode ser reconhecido nas diferentes formas do “já-explicitado”; em segundo lugar, ele tende a produzir um *efeito de encerramento* ao considerar tacitamente o universo das possibilidades realizadas como o universo das possibilidades possíveis e, assim, delimitar o universo do *pensável politicamente*. Esses dois efeitos se exercem, aqui, com uma energia particular pelo fato de que a “demanda” não preexiste quase nunca (pelo menos, nas classes dominadas) à oferta de discurso político: informulada ou parcialmente formulada, ela só se conhece quando pode ser reconhecida, com ou sem razão, em uma opinião oferecida. Eis porque convém voltar à análise do logocentrismo da pesquisa politológica que, em sua inocência metodológica, constitui uma espécie de reconstituição *in vitro* do efeito mais fundamental da divisão do trabalho político: ao propor a escolha entre vários enunciados e ao solicitar uma tomada de posição a respeito de algo já enunciado, a pesquisa de opinião, a exemplo das consultas políticas, considera como resolvido o próprio problema da política, ou seja, a questão da transmutação da experiência em discurso; do *ethos* informulado em *logos* constituído e constituinte; do sentido de classe – que pode implicar uma forma de adaptação e de resignação às evidências da ordem social – em apreensão consciente, ou seja, explicitamente formulada, dessa ordem. Ao fazer desaparecer a exigência de um trabalho de enunciação, ela pressupõe tacitamente que a pessoa entrevistada seria capaz de produzir ou, até mesmo, reproduzir a proposição que constitui o enunciado da questão ou, inclusive, adotar espontaneamente a relação com a linguagem e com a política que supõe a produção de tal questão (apesar de ter a possibilidade de produzir sempre *sim* ou *não*, estas respostas não podem ser consideradas como indício dessa aptidão); desta forma, por uma petição de princípio inconsciente, ela se priva da possibilidade de coletar a informação que comanda a significação suscetível de ser harmonizada com todas as informações diretamente coletadas. Conhecendo apenas o imperativo eleitoral da igualdade formal diante do questionário, que se conjuga com o imperativo técnico da normalização dos instrumentos de coleta, condição da

comparabilidade formal do material coletado e, sobretudo, da automatização material e mental da análise, atribui-se à pessoa entrevistada a operação de *constituição* quando, afinal, esta resulta da questão: o efeito da questão há de exercer-se tanto mais fortemente, quanto mais completamente desprovidos estiverem os produtores de respostas em relação aos instrumentos necessários para apreender como “políticas” as questões formuladas e para fornecer-lhes uma resposta que seja “política”, e quanto mais afastados estiverem de satisfazer as condições de produção de um corpo de opiniões coerentes e homogêneas por serem engendradas a partir de um princípio explicitamente constituído.

Entre o *ethos* e o *logos*, o controle prático e o controle verbal, a descontinuidade é radical.⁶¹ Não há vínculo necessário entre o controle prático que pode orientar a prática cotidiana em tudo o que ela tem de político (objetivamente) sem nunca ter acesso à explicitação, menos ainda à conceitualização sistemática, e o controle simbólico da experiência que se exprime através do discurso socialmente reconhecido como político e que supõe a eliminação de qualquer referência direta e exclusiva à situação em sua singularidade concreta; por ser assim e porque a relação da experiência com a expressão, ou seja, com a consciência, é relativamente indeterminada, as mesmas experiências podem ser reconhecidas em discursos bastante diferentes.⁶² Essa disponibilidade, certamente, não é infinita e seria falso conferir à linguagem política o poder de fazer existir arbitrariamente o que ela designa: a ação da manipulação tende a se circunscrever em certos limites, não só porque é possível alguém estar em condições de resistir à argumentação sem ser capaz de argumentar a resistência e, menos ainda, formular explicitamente seus princípios; mas também, porque a linguagem popular dispõe de seus recursos próprios que, apesar de não serem os da análise, encontram, às vezes, seu equivalente em uma parábola ou imagem (por exemplo, esta frase dirigida contra a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa: “Você me empresta seu relógio e eu lhe digo a hora”). Acontece que, tratando-se mesmo de se reconhecer em uma fala ou em um porta-voz, o *habitus* de classe é falível: se os membros das classes dominadas fazem, freqüentemente, um discurso em contradição com ele mesmo, com o sentido da prática e da condição objetiva deles é porque devem falar da política sem deterem a propriedade dos instrumentos de produção de seu discurso, sem possuírem, como se diz, a linguagem política.

No ponto de passagem entre experiência e expressão é que se situa a intervenção dos produtores profissionais de discursos. Nesse ponto, se instauram as relações entre os profissionais e os profanos, os significantes e os significados: os dominados que estão comprometidos com a consciência, ou seja, com a linguagem, encontram-se à mercê dos discursos que lhes são propostos, correndo o risco de sair da doxa para cair forçosamente na alodoxia, em todos os falsos reconhecimentos, aliás, favorecidos pelo discurso dominante; e, no melhor dos casos, à mercê de seu porta-voz a quem compete fornecer-

Que nome é que os empresários deram a isso? O ano I da era operária ou algo parecido; enfim, a gente deveria estar feliz à beça...

(Operário da construção civil)

lhes os instrumentos de reapropriação de sua própria experiência. A indeterminação essencial da relação entre experiência e expressão é acompanhada pelo efeito de imposição de legitimidade e de censura, exercido pelo uso dominante da linguagem, tacitamente reconhecido, até mesmo, pelos porta-vozes dos dominados, como o modo de expressão legítimo da opinião política. A linguagem dominante destrói, desacreditando-o, o discurso político espontâneo dos dominados: deixa-lhes apenas o silêncio ou a *linguagem artificial*, cuja lógica já não é a do uso popular, sem ser a do uso erudito – linguagem deteriorada em que as “palavras difíceis” são utilizadas simplesmente para marcar a dignidade da intenção expressiva – e que, incapaz de transmitir algo de verdadeiro, real ou “sentido”, desapossa seu utilizador da própria experiência que, segundo se presume, tal linguagem deveria exprimir. Ela impõe o recurso a porta-vozes, por sua vez, condenados a utilizar a linguagem dominante – o que basta para introduzir um distanciamento em relação aos mandantes e, ainda mais grave, em relação a seus problemas e sua experiência desses problemas – ou, pelo menos, uma linguagem rotineira e rotinizante que, além de suas funções de lembrete e de parapeito, constitui o único sistema de defesa daqueles que não podem nem entrar no jogo, nem “quebrá-lo”, linguagem estéril, como se fosse uma espécie de máquina automática que produz seus rosários de fórmulas canônicas e de palavras de ordem, além de desapossar, pela segunda vez, os mandantes de sua experiência.

Através da linguagem e da relação com a linguagem, solidários com todo um estilo de vida, que se impõem a qualquer um que pretenda participar da “vida política”, trata-se de uma verdadeira relação com o mundo que se encontra imposta, relação de denegação que, à maneira da arte, coloca à distância, neutraliza, permitindo falar sem pensar no que se fala. Essa linguagem intrinsecamente eufemizada e eufemizante, que se impõe com as aparências da universalidade, desrealiza tudo o que ela nomeia – assim, tal ministro do trabalho pode falar, em plena crise de desemprego, de “certa erosão do pleno emprego” –, infligindo uma censura, ao mesmo tempo, total e totalmente invisível à expressão dos interesses próprios dos dominados, destinados à eufemização do discurso oficial ou à indignidade do “mau-humor e da impertinência”. Determinadas questões que, no melhor dos casos, nada exigem, aparentemente, além de um “sim” ou um “não” dirigem-se, de fato, por um privilégio tácito, a indivíduos e grupos definidos menos por uma categoria particular de opinião política que pela aptidão para manter com a linguagem, e o que ela exprime, a relação neutralizada e quase teórica que é a condição da produção e da recepção do discurso de “interesse geral” sobre as questões de “interesse geral”, ou seja, pela capacidade não só para decifrar e manipular os termos “especiais” da linguagem política, mas também de se situar no nível de quase abstração em que se situa comumente o discurso político, tanto pela sintaxe de seus enunciados, quanto pelas referências implícitas que ele contém; ou, mais precisamente, de *reconhecer*, no duplo sentido, a questão “política”, identificá-la como tal e sentir-se na obrigação de dar-lhe uma resposta e responder “politicamente”, ou seja, em conformidade com as normas da *cortesia política*. Em resumo, a questão politológica faz apelo à disposição dissertativa que permite manipular a linguagem sem referência a qualquer situação prática, um tanto à semelhança de alguém que, ao fazer um teste ou ao tratar um tema de dissertação, lhe atribuisse a seriedade lúdica que se concede aos exercícios escolares ou aos jogos de sociedade.

Basta reproduzir a definição que o “instigador do jogo” do programa “Face à face” empresta ao debate político de acordo com seus anseios: “Já não tem qualquer utilidade dizer que se trata de um debate político. Creio que se os senhores estão de acordo, vou começar por perguntar a *ambos* e, em primeiro lugar, ao sr. Habib Deloncle, já que lhe compete começar, para definir *sua posição de modo geral*, sua *interpretação geral* sobre o problema e, em seguida, apresentar *exemplos* que serão escolhidos em dois domínios, em primeiro lugar, a educação *no sentido amplo* e, em seguida, a informação igualmente *no sentido amplo* e depois, naturalmente, poderá expor sua conclusão”. À semelhança do debate televisivo, a situação de pesquisa é muito próxima da situação escolar pelas questões que ela propõe e que, muitas vezes, com pequenas diferenças de palavras, assemelham-se às questões dos assuntos de dissertação da ENA, aos temas dos cursos de “sciences po” ou aos títulos dos artigos de *Le Monde*; muito próxima, sobretudo, pela própria forma da relação social na qual se instaura a questão: somente a *neutralização* e a colocação à distância escolar pode permitir a resposta adequada a uma situação em que qualquer um vem formular questões políticas – excluídas, normalmente, desse gênero de relação – sem mesmo pensar em invocar a caução de um terceiro. Foi estabelecido empiricamente que as discussões políticas desencadeiam-se, quase sempre, entre pessoas de opiniões idênticas. Se é isso o que se passa, é porque uma verdadeira semiologia espontânea é utilizada para evitar, metodicamente, todos os “assuntos candentes”, ou seja, em primeiro lugar, os assuntos políticos, e para estabelecer o consenso provisório que, nos contatos fortuitos da vida cotidiana, só pode instaurar-se pelo recurso aos lugares-comuns e mediante uma vigilância contínua.

Pensa-se em uma observação de Pierre Gréco ao sublinhar que a questão “os amigos de seus amigos são seus amigos?” faz apelo a respostas que, até mesmo, idênticas, podem diferenciar-se radicalmente em seu princípio, sejam elas o produto de um simples cálculo lógico, baseado unicamente na reescrita sintática do próprio enunciado ou da referência mental ao universo concreto dos amigos. À semelhança dos discursos do doxósofo que nada ensina além da dificuldade de tomar partido, essa questão produz *distanciamento*: ela afasta o receptor ao lembrar-lhe a complexidade e a profundidade das questões pela própria complexidade da formulação; e afasta o real ao impor uma espécie de intencionalidade vazia, invocada pelos assuntos obrigatórios do discurso escolar.

A irrealidade das questões mais propriamente políticas deve-se também e, sobretudo, ao fato de que elas só adquirem todo o seu sentido em referência a um campo semântico que não é outro senão o campo das tomadas de posição correspondente às diferentes posições no campo da produção ideológica. Para controlar completamente o sentido objetivamente envolvido na resposta mais sumária – o “sim” ou o “não” de um plebiscito – a uma pergunta tal como: “você é favorável ou oposto a uma reforma regional visando a criação de regiões dotadas de amplos poderes”, conviria poder mobilizar essa competência completamente específica dos comentaristas e analistas na área política e que permite controlar o sistema dos possíveis, recensar o conjunto das tomadas de posição pertinentes sobre a pergunta, definir o sentido que elas revestem na estratégia interna e externa dos grupos políticos em questão e identificar o que está em jogo para cada um desses grupos. Em resumo, as questões mais propriamente políticas, as que exigem de forma mais

imperativa a competência política específica, são aquelas que se formulam aos profissionais que, a seu respeito, têm opiniões divergentes – tais como os problemas de direito constitucional ou, em uma ordem completamente diferente, a questão da ditadura do proletariado – ou aquelas que, apesar de se referirem diretamente às condições de existência mais concretas de seus destinatários, apresentam-se sob a forma que elas devem revestir para se tornarem desafios reconhecidos nas lutas cujo lugar é o campo de produção ideológica.

Nada é mais revelador da verdade dessa questão interessada que a obsessão pela “informação econômica dos cidadãos” que persegue os dirigentes e em que se exprime o sonho de dominados que teriam a competência econômica suficiente para *reconhecer* a competência econômica dos dominantes. A informação fornecida, de bom grado e em abundância, pelos dominantes é aquela que tende a desqualificar – a exemplo do procedimento do médico em relação aos saberes de seus doentes – a informação que os dominados possuem no estado prático, com base em sua experiência comum (por exemplo, seu conhecimento sobre o aumento de custo de vida, a desigualdade dos impostos, etc.). Daí, um discurso político que, em vez de prestar contas, faz apelo a *se dar conta*; que, longe de fornecer os meios de relacionar a informação particular e prática com a informação geral, contenta-se em ensinar a lição, ao impor os quadros gerais em que as experiências singulares devem encaixar-se. As pesquisas de opinião encontram, muitas vezes, a lógica das sondagens sobre “a informação econômica dos franceses” que visam avaliar o conhecimento e o reconhecimento dos entrevistados a respeito da economia oficial e da informação econômica, simples enunciado justificativo de uma política econômica e que, ao lado de um etnocentrismo soberano, reduzem a economia e a política práticas dos agentes a um enunciado desconexo da economia e da politologia oficial (em particular, por meio de operações de codificação *a priori* ou *a posteriori* bem elaboradas para fazer desaparecer o essencial, ou seja, o modo de expressão).

Tudo contribui para fortalecer a profunda desconfiança – não exclusiva de uma forma, igualmente, profunda de reconhecimento – que os dominados experimentam em relação à linguagem política, globalmente situada, como tudo o que é simbólico, do lado dos dominantes, senhores da arte de colocar formas e de pagar com palavras. Essa suspeição relativamente à ribalta e à encenação políticas, tudo esse “teatro” cujas regras não são bem conhecidas e diante do qual o gosto comum se sente desarmado, encontra-se, muitas vezes, na origem do apolitismo e da desconfiança generalizada em relação a toda espécie de fala e de porta-voz. E, muitas vezes, para escapar da ambivalência ou da indeterminação diante do discurso, resta apenas confiar-se ao que se sabe apreciar: o corpo de preferência às palavras, a substância e não tanto a forma, e, em vez de “conversa fiada”, um “rosto simpático”.